

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LETICIA ALVES PIMENTA

**A VERDADE E A JUSTIÇA DAS LUTAS CAMPONESAS: O PAPEL DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO**

FRANCA

2023

LETICIA ALVES PIMENTA

**A VERDADE E A JUSTIÇA DAS LUTAS CAMPONESAS: O PAPEL DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais – Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
como pré-requisito para obtenção do
Título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof. Dr. José Fernando
Siqueira da Silva

FRANCA

2023

P644v Pimenta, Leticia Alves
A verdade e a justiça das lutas camponesas: O papel dos movimentos sociais e a formação do Estado brasileiro. / Leticia Alves Pimenta. -- Franca, 2023
86 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: José Fernando Siqueira da Silva

1. Questão Agrária. 2. Movimentos Sociais. 3. Desenvolvimento Capitalista. 4. Trabalhador(a) Rural. 5. Sociedade do Capital. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LETICIA ALVES PIMENTA

**A VERDADE E A JUSTIÇA DAS LUTAS CAMPONESAS: O PAPEL DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como pré-requisito para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. José Siqueira da Silva

1º Examinador: Prof. Frederico Daia Firmiano

2º Examinador: Profa. Raquel Santos Sant’Ana

FRANCA

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, Rosângela e Francielle, que na distância sempre fez presença no meu coração, *“de todas as maneiras que há de amar”*, minhas conquistas são nossas conquistas.

Agradeço à Melissa, pela ressignificação da minha vida, e por multiplicar minhas alegrias.

Agradeço ao Bruno, meu melhor amigo, todas as vezes que me senti sozinha sempre soube que você era o lugar mais seguro para eu voltar, minha ponte entre as coisas boas que vivi, e as que virão.

Agradeço a vó Neuza, a *“minha flor da terra”*. Neste trabalho semeio também sobre sua vida e o quanto me ensinou.

Agradeço ao NATRA e todas as pessoas que cruzaram meu caminho por meio deste, fazendo parte da minha construção e entendimento do mundo. Com um agradecimento especial à pessoa que foi meu fôlego nesses últimos momentos, Pacman, minha graduação jamais seria a mesma sem você.

Agradeço ao Seu Pedro Xapuri e Dona Alberina, pela sabedoria, companhia e amor. *“Pátria livre, Venceremos!”*. Agradeço à Raquel Sant’Anna, seu trabalho e relevância me apoiaram incondicionalmente na construção desse estudo, e ao Frederico, pelo incentivo na continuidade de permanecer na luta como eu tanto sonhei. *Uma vez natreana, pra sempre natreana!*

Agradeço à melhor amiga que a UNESP me presenteou, Didi, quem sorri vive mais? ganhei mais uns anos de vida tendo você no meu cotidiano. Nossa amizade me deu grandiosas coisas e minha admiração por você cresce cada dia mais.

Agradeço à república Bamba, guardarei todas vocês com muito carinho. Nas gerações que perpassaram meus anos da faculdade, encontrei amigas que foram responsáveis pelos momentos mais especiais e sinceros que experienciei, além de conhecer o amor da minha vida, no mesmo lugar.

Agradeço à minha casa Boemia, com as meninas que me acolheram; Curva, Glico, Proibida, Capitu, Suave, e Camaleão, vocês fizeram com que meus dias fossem mais leves e felizes desde a primeira vez que pisei em casa. Hoje tenho vocês no

conforto das minhas lembranças e na emoção dos nossos reencontros. E às que entraram, somaram e finalizaram comigo: Foto, Web, Tóquio, Limite, Ipanema e Armane. Eu não poderia ter feito escolha melhor ao dividir minha rotina e vida ao lado de vocês. Amo todas do fundo do meu coração.

Um agradecimento especial à Glicose, minha irmã de quarto, sua amizade sempre basta.

Agradeço ao meu primeiro amor, Camila, a parte mais preciosa disso tudo. Minha amiga, companheira e uma grande inspiração como assistente social. Tenho o mundo estando com você.

E por fim, agradeço ao professor José Fernando pela orientação, sua disposição e apoio foi essencial para a realização deste trabalho.

Em homenagem aos trabalhadores da
terra do Brasil, que enfim despertam e
cuja luta ora se inicia.
Vinícius de
Moraes.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar os aspectos socioeconômicos e históricos da questão agrária brasileira, a importância dos movimentos sociais do campo, as políticas públicas, a sociabilidade do capital e como essa luta moveu lacunas para a história se desaguar no que diz respeito às ações e reivindicações dos trabalhadores(as) do campo no período que antecedeu o golpe militar de 1964. A análise do estudo perpassa o modelo econômico e os processos do desenvolvimento capitalista do campo brasileiro a partir das estruturas de organização do trabalho, da organização da propriedade da terra e os perpassados da economia agrária desde o campesinato até a formação do proletariado rural enquanto classe trabalhadora. Com este estudo, se pautam um olhar na complexidade da questão agrária a partir de uma perspectiva histórica, entendendo-a enquanto força advinda de antes de 1964, analisando sua resistência perante a ditadura e como, a partir disso, as forças conservadoras ainda trabalham na arma da propaganda política que criminaliza movimentos sociais na atualidade. Por fim, discutirá o desenvolvimento camponês e sua emancipação nas relações de trabalho a partir do conhecimento político e social, bem como na sua construção identitária perante a ordem do capital.

Palavras-Chave: Questão Agrária. Movimentos Sociais. Desenvolvimento Capitalista. Trabalhador Rural. Sociedade do Capital.

ABSTRACT

The aim of this work is to study the socio-economic and historical aspects of the Brazilian agrarian question, the importance of social movements in the countryside, public policies, the sociability of capital and how this struggle moved gaps for history to emerge with regard to the actions and demands of rural workers in the period leading up to the 1964 military coup. The analysis of the study goes through the economic model and the processes of capitalist development in the Brazilian countryside, from the structures of work organization, the organization of land ownership and the permeations of the agrarian economy from the peasantry to the formation of the rural proletariat as a working class. This study takes a look at the complexity of the agrarian question from a historical perspective, understanding it as a force that emerged before 1964, analyzing its resistance to the dictatorship and how, based on this, conservative forces are still using the weapon of political propaganda to criminalize social movements today. Finally, it will discuss peasant development and their emancipation in labor relations based on political and social knowledge, as well as their identity construction in the face of the capital order.

Keywords: Agrarian Question. Social Movements. Capitalist Development. Rural Workers. Capital Society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL E A CONSERVAÇÃO DA ESCRAVIDÃO E DO LATIFÚNDIO: A QUESTÃO AGRÁRIA E A TERRA COMO DIREITO FUNDAMENTAL	12
1.1 Modelo econômico: aspectos sócio-históricos	12
1.2 Escravismo e formação do modelo econômico no Brasil.....	22
1.3 Trabalhador(a) rural, questão social e precarização do trabalho	32
CAPÍTULO 2 - A GANÂNCIA PELA TERRA. DOS HOMENS DE POUCA FÉ:MOVIMENTOS SOCIAIS, SOCIALISMO E MECANISMOS REPRESSIVOS....	37
2.1 A semente plantada pela classe operária: organização, resistências e.....	37
formação da consciência e luta pela terra	37
2.2 Reforma agrária, governos e políticas públicas.....	51
CAPÍTULO 3 – A LUTA PELA TERRA NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 1960	59
SEU LEGADO.....	57
3.1 Herança das Ligas Camponesas e o estímulo à luta.....	57
3.2 O Governo João Goulart e as lutas pela reforma agrária.....	62
3.3 MST: principal herdeiro das lutas emancipatórias camponesas.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

INTRODUÇÃO

“Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância.
Terra é de quem plantar.
À Terra, Terra
Terra, Terra”.

Canção de O Teatro Mágico - Canção da terra

Desde os primórdios da formação sócio-histórica do Brasil, desenharam-se caminhos acerca do entendimento teórico da terra, sua concepção e sua utilização. A partir de um passado escravocrata, se consolidou uma herança racista e excludente para com aqueles que não integralizaram o sistema imposto pelos colonizadores: para os povos escravizados, entre os quais os nativos e africanos (a partir de uma diáspora forçada), perpetua-se a criminalização e perseguição de suas filosofias, crenças e dizeres. A concepção de terra que neste documento irá ser abordada advém dos dizeres ancestrais destes referidos povos, em contraposto à concepção trazida pelos que hoje detêm a maior parte das terras e utilizam-nas para o latifúndio e comércio.

Entender o contexto da luta pela terra no Brasil requer um regresso histórico ao início da formação do país. Para tanto, se faz necessário abordar brevemente a história do colonialismo do Brasil, perpassando o processo de escravidão e suas consequências para o que virá a ser a posse de terras. Explicitar este contexto se faz essencial para entender como o colonialismo, servindo à acumulação originária do capital como mercantilismo, se instaurou no país e se fortaleceu contando, inclusive, com o coronelismo que é impensável sem as entranhas estatais que se materializaram em grandes forças de poder. Em contrapartida, serão apresentadas as lutas históricas travadas por movimentos sociais que foram contra, reafirmando as vivências camponesas.

Aqui, se fará necessário abordar a evolução do modo de produção agrícola no Brasil ao longo das décadas, perpassando as concentrações de terras e o modelo latifundiário, que deram origem ao camponato brasileiro no século XX. Posteriormente, será apresentado o proletariado rural, que surge como uma classe social importante, com ênfase na luta pela terra. Subsequentemente, se fará uma

análise sobre o período colonial e as capitanias hereditárias como marcos na concentração de terras, apresentando a Lei de Terras de 1850 como ato introdutório da propriedade privada da terra no Brasil, determinando a transição de um sistema de posse comum para um sistema de mercado. Ao longo desse processo, a economia agrária brasileira se concentrou na grande exploração agrária para o mercado internacional, inicialmente apoiada na mão de obra escrava e, posteriormente, na assalariada.

Dentro desta concepção de mão de obra assalariada, será pautada uma discussão acerca do trabalho livre no Brasil, que se expandiu com a chegada de imigrantes europeus. Enquanto os antigos escravos eram donos de sua força de trabalho, os imigrantes europeus, muitos dos quais camponeses expulsos de suas terras, eram livres apenas por terem sua força de trabalho. Isso levou a uma luta pela liberdade que se estendeu para uma luta pela terra, já que muitos imigrantes buscavam subsistência longe das áreas de concentração do capital agroexportador.

Em decorrência desta herança escravocrata, na qual constituíram-se desigualdades sociais que se estenderam ao trabalho assalariado, se faz importante pautar os movimentos sociais no campo como uma forma de resistência e busca por transformação social, combatendo a desigualdade econômica e social. A luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores(as) rurais, tem enfrentado a oposição da classe dominante e dos meios de comunicação, que frequentemente criminalizam esses movimentos. Neste documento, será apresentado esse histórico de luta, viabilizando potencializar as resistências camponesas (em sua existência histórica e em sua contemporaneidade).

Dando continuidade a trajetória dos movimentos sociais no campo, se pautará uma breve análise sobre o Brasil entre os anos 1950 e 1960. Inicialmente, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) desempenhou um papel importante na organização dos trabalhadores(as) rurais, buscando acumular forças para a luta pela reforma agrária. As Ligas Camponesas, um dos principais movimentos sociais camponeses da década de 60, surgiram com a palavra de ordem "reforma agrária na lei ou na marra". Essas organizações enfrentaram a repressão dos latifundiários e contribuíram para a

conscientização política dos trabalhadores rurais, que passaram a se ver como uma força política.

Por fim, será apresentado o aparato político das reivindicações pela terra no período histórico de 1960 a 1964. O governo específico a ser analisado será o de João Goulart, perpassando os pormenores existentes pré-ditadura e quais foram as alianças existentes com a classe operária e todas as forças progressistas. Entender-se-á que de 1960 a 1964, a política brasileira não mais se limitava somente às forças parlamentares; torna-se mais abrangente e a disputa pela hegemonia ultrapassa a esfera partidária e exerce força sobre os movimentos sociais. Esta análise se fará importante para entender onde se situou a discussão acerca da Reforma Agrária em meio a luta pela permanência de um sistema democrático; o que, por sua vez, irá culminar na forma como se deu (e se dá) e organização dos movimentos sociais até hoje.

A partir de um aparato histórico, analisando períodos governamentais específicos e a herança advinda da formação sócio-histórica do Brasil, esse trabalho de conclusão de curso irá adotar a metodologia bibliográfica e documental, a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético¹. De acordo com Netto (2011), no materialismo histórico-dialético a teoria é uma modalidade especial de conhecimento do objeto que busca compreender a estrutura dinâmica de sua existência real efetiva, independente das representações do pesquisador. Analisar-se-á a luta histórica em prol da Reforma Agrária, perpassando seus marcos mais importantes e sua resistência (em específico durante o período que antecedeu o golpe militar, em 1964). O objetivo é contribuir para o letramento político, crítico e revolucionário acerca das possibilidades para a construção de um modelo governamental que atenda os interesses camponeses.

Para atingir os objetivos propostos será utilizado o método qualitativo de pesquisa, o qual ocorrerá através da revisão bibliográfica, além de utilizar a pesquisa

¹ Santana e Ferreira (2016) explicam que a interpretação lukacsiana do método materialista histórico-dialético recupera a relação entre a particularidade, a singularidade e a universalidade, com um acento na importância da categoria particularidade como um caminho para a reprodução do concreto, na medida em que a apreensão do real que formula leis e tendências gerais, que só existem em relação a uma singularidade e mediados por meio da particularidade (Pimentel; Silva, 2019, p. 47).

documental para a análise do período vigente do estudo. O presente trabalho será construído e respaldado no método histórico-crítico dialético marxiano, que por sua vez propõe um projeto de sociedade alternativa ao modo de produção capitalista. “A pesquisa marxiana não é neutra; ela é também um caminho político, que desvende os interesses classistas e apoia no interesse concretamente coletivo, da emancipação do ser social” (Pimentel; Silva, 2019, p.50).

Ademais, para se obter uma apreensão crítica dos processos sociais sob a visão de totalidade, será construído um estudo que permita uma leitura de realidade, tendo como referência a possibilidade histórica da revolução social. Com isso, nas leituras de Marx, podemos analisar essa historicidade como um movimento que as relações sociais se dão, historicamente, na disputa entre as classes sociais condicionadas ao resultado do trabalho da sociedade capitalista. Portanto, a partir do materialismo histórico-dialético, o presente trabalho irá pautar a compreensão de como a história e a luta camponesa desde os primórdios da formação sócio-histórica do Brasil até o principal herdeiro das ligas camponesas da atualidade: o MST, que é de grande importância na construção do ser político dentro do campo. Além disso, o texto reflete sobre o processo histórico de emancipação do trabalhador(a) rural junto à educação e à revolução.

Assim, a pesquisa se baseia na análise qualitativa, na investigação bibliográfica e documental e nas produções científicas de autores que estudam a potencialidade do histórico da questão agrária, dos movimentos sociais do campo, das políticas públicas e do governo João Goulart, tais como: Firmiano (2019), Sant’Ana (2014), Almeida (2021), Freire (2018), Prado JR (2004), Stédile (2005) e Fernandes (1999).

CAPÍTULO 1 - A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL E A CONSERVAÇÃO DA ESCRAVIDÃO E DO LATIFÚNDIO: A QUESTÃO AGRÁRIA E A TERRA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

1.1 Modelo econômico: aspectos sócio-históricos

(Nações Extintas: Boi Garantido)

“Sem terra, sem teto, sem grão
 Sem alma, sem rota a nação
 Nos primórdios do mundo de Deus
 Das tabas, florestas sem fim
 Destino de índio feliz
 Mas dias chegou caos e cruz
 O fogo Kariwa, arcabuz mañuçawa
 Minha terra mãe
 Pariana, Juruena, Cayarí
 Não te tenho mais
 Yabarana, Manaós, Aguarás
 Tudo o quanto amei
 Pirayuri, Tarumã,
 Condorí Branco
 já tomou”.

(Compositores: João Melo e Sidney Rezende)

De início, para se compreender a questão da terra, é necessário perpassar uma análise semiótica, que tem como princípio a formação sócio-histórica do Brasil voltada à superexploração pelo mercado europeu e o desenvolvimento capitalista do campo brasileiro, como assinala Caio Prado júnior (2000), tendo sua processualidade contraditória, num passado colonial, que nos auxilia entender qual é o lugar do Brasil no sistema de acumulação.

É necessário entender os processos a partir da estrutura da organização do trabalho que sustentou a classe herdeira da propriedade da terra em formações sociais anteriores, perpassando o modo de produção escravista e a abolição da escravidão em 1888, que desencadeou a transição para um sistema capitalista no campo, substituindo pessoas escravizadas por trabalhadores (as) livres, como “principal característica da expansão do capitalismo no campo “(...) isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar” (Sant’ana; Carmo; Lourenço, 2001, p. 40).

Essa expropriação da força de trabalho, especialmente a força de trabalho extraída do modelo da economia agrária, torna a terra uma mercadoria, suscetível à subordinação do capital. “Ainda assim, o fato de que a terra pareça socialmente capital, não faz dela efetivamente, capital, porque o que ela produz do ponto de vista capitalista, é diferente do que produz o capital” (Sant’ana; Carmo; Lourenço, 2001, p. 40). A partir dessas concepções, vamos traçando os problemas e resultados

estruturais voltados à questão da terra, do poder, da luta de classes, e de um modelo vigente agroexportador predominantemente oligárquico.

Ademais, o modo de produção das últimas décadas, foi embasado em grandes concentrações de terras com resquícios de um modelo plantacionista latifundiário, apoiado em formas camponesas dependentes, que têm, principalmente em sua gênese, a reprodução e produção de um modelo agroexportador que deu-se início à formação do campesinato brasileiro que se consolidou no século XX como classe social; e o proletariado rural, mais tarde, que se proliferou enquanto um contingente social (Stédile; Estevam, 2005).

O Brasil não chegou a conhecer um campesinato propriamente dito. Além disso, as condições de vida no campo antes conduzem à dispersão das famílias ou à constituição de pequenos aglomerados descontínuos e instáveis que às formações mais ou menos densas e estáveis. Embora o homem do campo brasileiro, trabalhador assalariado ou não, apareça invariavelmente como dependente, não faria sentido falar numa "classe dependente rural". O termo "campesinato" acaba sendo, pois, uma solução descritiva precária, que pode ser aceita, desde que se leve em conta que não se trata de uma formação societária definida, mas de uma classe social em vir a ser. (Fernandes, 2015, p. 68).

Portanto, a manifestação do proletariado rural enquanto classe social merece uma análise crítica na sua totalidade, pelo viés da conquista e direito fundamental da terra. Até 1500, havia um tipo de comunismo primitivo dos povos, uma questão agrária simples, com o uso e posse comum, sem propriedade, numa forma coletiva. No livro *"Terra: Ponto de Partida e Ponto de Chegada"* de Maria Stela Lemos Borges, encontramos uma passagem histórica sobre comunidades tradicionais, que viviam em harmonia com a sabedoria popular e a organização do trabalho voltada para a subsistência. A divisão do trabalho levou ao desenvolvimento de técnicas de produção excedente, dando origem ao comércio, à troca entre comunidades e à noção de salário como pagamento por serviços prestados.

A partir de 1500, utiliza-se da interpretação de que o Brasil, invadido pelos europeus, com o mercantilismo, financiou os mercadores com a própria vontade dessa política de capitalismo mercantil europeu no território, e esse processo fez com que

fosse impedido o crescimento das forças produtivas. Consequentemente, forçou o atraso no desenvolvimento de relações de produção.

Continuando no histórico da análise do projeto colonizador, temos a criação das capitanias hereditárias, implantado em 1534, no qual Caio Prado Júnior (2004) elucida que o início do monopólio da terra no Brasil foi a partir das capitanias hereditárias, com a divisão do território em sesmarias que perdurou de 1530 a 1822. Um sistema descentralizado que tinha como premissa a herança de quem a recebeu e detinha todo o poder sobre ela, sem qualquer tipo de lei que o brecasse, sendo esta a primeira organização social propriamente dita, ou melhor dizendo, a primeira forma de colonização na mão dos donos da terra.

Com a lei de terras em 1850, as áreas das sesmarias foram oficialmente legitimadas e doadas. Essas terras das sesmarias doadas, que não tiveram sua função social devidamente cumprida, foi dada de volta à Coroa, que, atualmente pertence ao Estado, e são definidas como terras devolutas, ou seja, terras não cultivadas.

A Coroa poderia emitir o direito de concessão de uso de grandes extensões de terras – as capitanias hereditárias e sua subdivisão, as sesmarias – para capitalistas dispostos a investirem neste território. A primeira característica da Lei n. 601 de 1850 é que ela implantou no Brasil, pela primeira vez, a propriedade privada da terra, “ou seja, a lei proporciona o fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então a ter preço” (Novaes; Mazin; Santos, 2016, p. 69).

Como Borges (1997) ressalta, as relações no campo do Brasil pós abolição tiveram os rumos marcados por dois modos de produção que se desenvolveram durante o período escravista: a) o modo de produção escravista colonial com a propriedade latifundiária; b) e o modo de produção de pequenos cultivadores não escravistas - baseados na economia natural.

A economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. (...) Não se constituiu assim uma economia e classe

camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava (...). (Prado JR, 1979, p. 170).

Portanto, a natureza da questão agrária, com a lei de terras de 1850, que proíbe a aquisição de terras e a abertura de novas posses, institui um novo regime fundiário no Brasil, com “a introdução do colono europeu no país, como parte da política de substituição da mão de obra escrava pela assalariada e de “embranquecimento” do país”. (Novaes; Mazin; Santos, 2016, p. 69).

Com a primeira exploração da independência inerente ao imperialismo da questão da terra, fundamenta-se junto a ela a primeira forma de superexploração, que constitui numa forma de extração de valores do trabalho escravo, logo depois do trabalho livre e do trabalho assalariado.

Pelas relações que foram impostas ao Brasil, pela falta de riquezas minerais e por ter em sua essência uma economia agroexportadora que sempre esteve na dependência de demandas de outras relações econômicas exteriores, Caio Prado usa do argumento de que a economia agrária brasileira se estruturou na grande exploração agrária para o mercado internacional, com uma estrutura fundada especificamente na mão de obra escravizada e agroexportadora como forma econômica e social.

O passado, aquele passado colonial [...] aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não Questão Agrária, Saúde do Trabalhador e os Desafios Para o Século XXI 25 ‘tomou forma’. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos próprios e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial. (Prado JR, 2000, p. 3).

Com isso vemos que o uso da terra historicamente, além de passar por um processo de industrialização admitido ao imperialismo, é ligado ao modo de produção

geral daquela sociedade. A questão agrária permite ser entendida a partir do território e período. E pensando no período de um Brasil fruto de um colonialismo brutal que surgiu como uma espécie de subproduto indesejado de um empreendimento colonial, que se estruturou historicamente numa desigual distribuição de terras, no qual o monopólio da terra resultou em povos que mais tarde seriam colocados à margem de seus territórios e vítimas de uma violência e segregação humana indiscutível. Foram tirados de sua cultura e do direito de serem livres para se expressarem como seres críticos e coletivos, temos a análise histórica e reflexiva de um caminho longo e uma estrutura que permanece a mesma: a terra como subsídio da mão de obra escravizada, da monocultura, da herança, da mercadoria, da exportação e responsável pela morte de grande parte das pessoas que lutaram contra o seu fim, como, por exemplo, das populações indígenas.

Dos primeiros anos da colonização até a Lei de Terras (séculos XV-XIX) ocorre uma destruição radical das populações originárias, bem como a dispersão e diversas formas de migrações compulsórias, produto da expulsão de seus territórios. A Lei de Terras exerceu a função de institucionalizar formas de expropriações. Os povos que resistiram e adentraram os sertões e outras regiões de difícil acesso no país, durante o século XX, continuam ameaçados com os avanços de formas de exploração capitalista no campo. Os processos constantes de expulsão de indígenas leva-os a compor uma massa de trabalhadores espoliados e em condições de extrema precariedade, seja nas pequenas ou nas grandes cidades. (Silva, 2018, p.5).

Portanto, o interesse do capital pelo controle da propriedade da terra no Brasil, aniquilou, expropriou e ameaçou durante todo o período histórico, povos que caminhavam contra a exploração da terra como forma de mercadoria. Atravessado pelas questões de raça e gênero, o país, segundo Florestan Fernandes, tem a desigualdade social e a questão da terra intrinsecamente ligada a particularidades que definem o capitalismo. Isso inclui a invasão do território pelos portugueses e a colonização, que se expressa hoje no neocolonialismo.

Quando temos a formação da classe trabalhadora no Brasil, fruto da exploração de pessoas escravizadas, com a Lei de terras de 1850, marca-se um montante de “(...) estratégias (i)legais e políticas que favoreceram economicamente as classes

dominantes no meio agrário até os dias atuais” (Silva, 2018, p.4), com o fim da plantação (plantations), e conseguinte o fim do trabalho escravizado, o Estado investiu fervorosamente num projeto de imigração, no qual grande parte dos imigrantes caíram no desemprego. Assim nasce o campesinato no Brasil, conforme Fernandes (1999) explicita:

O trabalho livre expandiu-se com a chegada do imigrante europeu. Se por um lado o antigo escravo passou a ser dono de sua força de trabalho, o imigrante europeu, camponês expulso de sua terra, era livre somente por possuir a sua força de trabalho. Se para o escravo a força de trabalho era o que conseguira, para o imigrante era o que restara. Portanto, agora, a luta pela liberdade se desdobrará, igualmente, na luta pela terra (Fernandes, 1999, p.2).

Nesse contexto, os camponeses se locomovem para o interior do país em busca de sua subsistência sem entrar no sistema agroexportador, pois essas pessoas ficaram longe dos portos que eram onde havia maior atividade do grande capital. E essa parte da história, teve rendimentos até os dias atuais quando falamos de desemprego no qual a população é mais assolada, como explícito no livro *Aveso do trabalho*, 2013:

O exemplo dos imigrantes é emblemático do quadro tendencial de precarização estrutural do trabalho em escala global. E faz aflorarem as clivagens e transversalidades existentes hoje entre os trabalhadores estáveis e precários; homens e mulheres; jovens e idosos; brancos, negros e índios; qualificados e desqualificados; empregados e desempregados, entre tantos outros exemplos que configuram o que venho denominando nova morfologia do trabalho (Navarro, 2013, p. 23).

Essa força produtiva atraída para mão de obra no território brasileiro no final do século XIX, fundada já na concepção daquele trabalho advindo das grandes lavouras, anteriormente ocupadas pelo trabalho escravo, já possuía uma insignificância humana, com o perfil da pessoa pobre, imigrante, descontente com as oportunidades prometidas na zona urbana e agora destinado a voltar para o trabalho da sobrevivência.

Essas forças produtivas tiveram sua gênese capitalista tardia no sistema capitalista brasileiro, considerada determinadamente, pelas condições que o capital impôs a ela. Isto é, sob o aspecto de uma visão materialista dialética, essas forças produtivas condizem às relações sociais. Relações sociais que foram se desenvolvendo sobre as bases do capital e formando as relações sociais capitalistas entre explorados e exploradores. Muda-se, então, a qualidade das relações sociais de produção escrava para o trabalho “livre”/assalariado que continua fundamentada na exploração e na desigualdade das relações sociais de produção já existentes. (Sant’Ana; Carmo; Lourenço, 2001, p. 374).

Ao incentivar a vinda dos camponeses pobres da Europa a fim de substituir a mão de obra já presente no país, pelo motivo de que a mão de obra presente era a mão de obra dos escravos libertos, e ela não era suficiente para o país, já que agora ela teria que ser assalariada, havia também o propósito de incentivar o “embranquecimento” da população

O ex-escravo é aquele que inicialmente e de forma racionalizada, era visto pela sociedade global, especialmente no mercado de trabalho, como incapacitado para exercer uma série de atividades que eram resguardadas para o trabalhador branco, especialmente imigrante no caso de São Paulo. Desta forma, quando nos referimos a ex-escravo temos em vista uma definição mais abrangente que engloba tanto aquelas limitações subjetivas, destacadas muito bem por Octávio Ianni, - o trauma da escravidão - decorrentes da herança que o negro adquiriu do cativeiro, como a contrapartida, vinda d fora para dentro, ou seja, a imagem que a sociedade competitiva tinha dele, e que era, antes de mais nada, a de um incapaz para o trabalho qualificado no mercado livre (Moura, 2021, p. 20-21).

Essa porção de pessoas vindas da Europa, passam a fornecer mão de obra barata e se submeter a condições precárias de vida, para produzir alimentos para o mercado interno.

No livro (A terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil, 1999, p.14), há uma passagem no qual entendemos que a terra no final do século XIX passa a ser vista por grande parte da população como um modo de vida possível, para fugir da precariedade que o capitalismo impunha no modelo industrial das cidades. Daí temos um êxodo rural que fracassou, e a promessa da globalização e do sucesso da industrialização rural que garantia uma vida boa para os trabalhadores(as) do campo

nas indústrias da cidade foi por água abaixo. O cenário se inverteu, com uma parcela gigante de desempregados na cidade, eles tomaram diversos rumos que os levavam de volta ao campo, seja através dos sindicatos rurais, movimentos sociais, ou se tornando bóias-frias.

O Brasil camponês, mesmo omitindo a migração campo/cidade, oferece, pois, um quadro de fluxo irregular contínuo, no tempo e no espaço, de trabalhadores diaristas, parceiros, proprietários, comerciantes e todas as suas possíveis combinações e relações. Obviamente, essa multiplicidade e mobilidade não se devem à influência de fatores “feudais” ou tradicionais. Devem ser atribuídos, ao contrário, às considerações comerciais que determinam as relações e a conduta de proprietários e de trabalhadores em uma estrutura econômica, social e política muito monopolizada (Stédile, 2005, p. 95).

Ao analisar as declarações de Stédile (2005) sobre a transformação dos camponeses em capitalistas, é importante considerar o contexto histórico e econômico em que isso ocorre. Inicialmente, Stédile (2005) em seu livro “Questão agrária no Brasil. v. 2 - O debate na esquerda, 1960-1980”, faz referência à fase do mercantilismo, em que o comércio desempenha um papel dominante e os camponeses passam a acumular capital através do aumento da produção agrícola além das necessidades básicas. Porém, a expansão do capitalismo se torna mais compassado no campo em relação à cidade, o que se constitui numa própria estratificação do meio rural. Segundo Fernandes (2008):

A drenagem de grandes partes do excedente econômico pela economia agrária “para fora” (...) combinada à dinamização das potencialidades mais criadoras da economia agrária, a partir dos centros urbanos, redundam no empobrecimento do impacto estrutural e dinâmico dessa economia sobre a organização e a diferenciação do seu próprio meio social. Somente os agentes econômicos em condições de participar, de um modo ou de outro, do excedente econômico gerado pela economia agrária, e de vender o trabalho como mercadoria (portanto, em condições de participar de formas semi-capitalistas ou capitalistas de produção agrária) são afetados no meio rural, pelas funções classificadoras do mercado interno e pelas funções estratificadoras dos modos vigentes (Fernandes, 2008, p.183).

A questão agrária se entrelaça com as condições específicas do desenvolvimento econômico e social. Não é possível discutir o desenvolvimento sem abordar a questão agrária, assim como não é possível compreender a questão agrária sem considerar o desenvolvimento. Ao longo da história, a questão agrária apresenta características diferentes que refletem o período capitalista. Isso está relacionado à propriedade da terra, estrutura fundiária, lutas da classe trabalhadora, diferentes formas organizativas e demandas.

Por essas características o desenvolvimento do capitalismo no Brasil sobreviveu com suas particularidades mostrando as dificuldades de organização que agora está a caminho de uma 'independência' econômico-financeira. Demonstra-se que essa organização, em primeiro lugar, formou com um capital mercantil, ou seja, os primeiros investimentos advieram da produção dos proprietários de terras que comercializavam a sua produção, de acordo com Mello (1984, p. 54), "[...] as fazendas de café, certamente as mais significativas, foram organizadas com capitais transferidos diretamente do setor mercantil (comércio de mulas, capital usurário urbano, tráfico de escravos, etc.)." (Sant'Ana; Carmo; Lourenço, 2011, p. 366-367).

A questão agrária está intrinsecamente ligada aos conflitos de interesses antagonistas entre as classes sociais. Segundo Stedile, historicamente ela tem sido direcionada para o benefício da minoria, onde diferentes interesses entram em jogo. Esses interesses refletem as disputas de poder e recursos entre diferentes grupos sociais.

Mesmo com o caminho tão longo, essa estrutura permanece a mesma, e a falta de suportes e investimentos para pequenos agricultores ainda é presente por parte do Estado, que investe em grandes latifúndios e grandes proprietários de terras, e tem como prioridade a especulação imobiliária e não a produção agrícola, pois, como já sabemos, quem usufrui do capital tem legítima atribuição a dominar o poder político e a luta de classes. Destaca Sant'Ana (2014):

Historicamente, os homens foram desenvolvendo diferentes formas de produzir e se relacionar. O capitalismo é mais uma dessas formas e que tem como base a apropriação privada dos frutos do trabalho por parte do capital, o que faz com que este expanda cada vez mais. Em contrapartida, expressa uma contradição fundamental: a crescente

pauperização (relativa ou absoluta) daquele que produziu os produtos em forma de trabalho assalariado. O atual modelo agrícola está voltado fundamentalmente para as atividades do agronegócio que reúne em sua cadeia produtiva capital agrário, industrial e financeiro, nacional e internacional (Sant'Ana, 2014, p.11).

Trabalhadores e trabalhadoras, dentro de um sistema que cria uma condição miserável de existência humana, não têm possibilidades de indagar a manipulação acometida pelas instituições que detêm a ordem, pois, ideias dominantes são apenas a expressão das relações sociais dominantes em cada período. A existência do capital se materializa no aniquilamento da dignidade dos trabalhadores(as) nas relações de trabalho, como destacaram Marx e Engels (1986). Depreende-se, portanto, que quando há consciência coletiva do trabalhador(a) e de seu valor como grupo social, começa-se o processo de resistência contra a classe vigente dominante. Segundo Sant'Ana (2014), entrando no movimento das forças políticas, temos desde a formação das ligas camponesas, um movimento de luta iniciado na década de 1950, que foi uma forma de organização dos trabalhadores do campo que tinha como lema “reforma agrária na lei ou na marra” e a formação do Movimento Sem Terra em 1984, nascido para sanar as problemáticas da função da terra como latifúndio.

1.2 Escravismo e formação do modelo econômico no Brasil

Carlos Assumpção:
 “A minha história é contada
 Com tintas de amargura
 Um dia sob ovações e rosas de alegria
 Jogaram-me de repente
 Da prisão em que me achava
 Para uma prisão mais ampla
 Foi um cavalo de Troia
 A liberdade que me deram
 Havia serpentes futuras
 Sob um manto do entusiasmo
 Um dia jogaram-se de repente
 Como bagaços de cana
 Como palhas de café

Como coisa
imprestável
Que não servia mais pra nada
Um dia jogaram-se de repente
Nas sarjetas da rua do desamparo
Sob ovações e rosas de alegria
(...)
Sempre sonhara com a liberdade
Mas a liberdade que me deram
Foi mais ilusão que liberdade
(ASSUMPÇÃO,
PROTESTO)

Não podemos iniciar uma discussão sobre a questão da terra sem especificar as relações raciais determinadas na formação do Brasil, o desenvolvimento do capitalismo e a dominação patrimonialista de agentes econômicos que potencializaram e potencializam estruturas de poder coloniais.

Clóvis Moura (1983) enfatiza o modelo escravista de produção como um grande mecanismo que criou profundas aderências comerciais, políticas e ideológicas na nossa sociedade, a partir da construção da pessoa negra no Brasil, como o perfil do trabalhador (a) impedido de atuar em determinadas posições a partir da divisão societária da raça, adentrado num sistema composto de privilégios majoritariamente voltados a população branca. Sendo assim,

(...) fizemos a Independência conservando a escravidão e fizemos a Abolição conservando o latifúndio. Nessas duas fases de mudança não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservou-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. E, com isto, ficamos com uma lacuna, um vácuo social, político, econômico e cultural que não foi preenchido até hoje. Por isto temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influenciando em grandes camadas de nossa população. (Moura, 1988, p.24)

Quando se tem a Lei de terras de 1850, a favor da classe dominante, que promete abolir a escravatura sem nenhuma política reparatória, ela automaticamente impede que negros e negras obtenham a aquisição dessas terras, resultando na expropriação das pessoas que a habitavam, incluindo povos originários. Dentro da lei de 1850 se exigia o título de compra como única forma legal de acesso a terras, então,

os povos que já viviam nesta terra, são obrigados a se estruturarem novamente na constituição da nova nação, apregoada de um Brasil colônia.

O processo de luta e resistência da população negra e dos povos originários pelo reconhecimento de seu território teve grande importância na formação histórica do nosso país.

O movimento negro, caracteriza desde muitos anos a formação sócio-histórica do Brasil, e os espaços deliberativos que surgiram através das lutas de resistência da população, tem principalmente reflexos dessa luta do movimento negro de resistir à ordem vigente, mas, como destacado por Moura (1983), esses espaços deliberativos muitas vezes escolhe se abster da causa da população negra, não coloca a questão racial como expressão da questão social, e conseqüentemente, a raiz da resistência. Esse afastamento do debate político fica evidente no trecho: “(...) após a abolição, o negro ex-escravo é acionado em movimentos de mudança social e política, participa desse movimentos, mas é preterido, aliado pelas suas lideranças após a vitória dos mesmos” Moura (1983, p.125).

A princípio, os índios e, posteriormente, os negros oprimidos pelo regime escravocrata lutaram intensamente pelo fim do regime de exploração e espoliação mais cruel que a humanidade já experimentou e que foi implementado nas Américas, sem disfarce. Porém, a vitória do povo negro e demais aliados, com o fim da escravidão, tanto nas lutas de resistência político-culturais e espirituais, nos quilombos, como nas lutas pela abolição e na participação das guerras civis na América do Norte, na América Central e no Brasil, não trouxe grandes mudanças e, especificamente, não representou o fim da divisão racial do trabalho nem limitou a disseminação do racismo. (Ianni, 2018, p.41).

A terra mercantilizada, grande atribuidora do valor social de uma classe, quando retirada da posse de quem nela produzia e vivia, tira-se também toda sua representatividade. Karl Marx, em seus escritos, apresenta que as classes sociais se definem a partir das relações que mantém com o sistema produtivo, ou seja, quem controla os meios de produção e, precisamente, quem controla o acesso à terra, principal meio de produção nas sociedades agrárias, se mantém no topo da estratificação social, e os que são jogados à base, à marginalização do sistema,

perdem sua visibilidade e chances de reivindicar seu espaço. O processo de quilombagem foi uma grande chave de proteção da liberdade dos povos escravizados, além da formação de “formosa comunidade alternativa para substituir paralelamente ao modelo de capitalismo no campo (...) um poder paralelo à sociedade maior” (Moura, 2000, p.119).

Cabe salientar que a existência de quilombos que não resultaram da resistência à escravidão, como asseveram alguns, denotam um efeito pedagógico da resistência diante de processos sociais de dominação de quaisquer matizes. É o passado reconstruindo o presente e projetando o futuro. Entretanto, os conflitos constantes como resultado dessa luta demonstram a complexidade das questões que permeiam povos e comunidades tradicionais, seus territórios e o Estado brasileiro, o que remete mais uma vez a Edgar Morin quando afirma que [...] erro, ignorância e cegueira progridem ao mesmo tempo que os nossos conhecimentos” (Morin, 2015, p.9), impedindo o reconhecimento daquilo que não está enquadrado num dado padrão de conhecimento, a exemplo da existência de povos e comunidades tradicionais. (Torres; de Alencar, p.4).

Na formação da história brasileira, a sociedade se apresenta diante de antagonismos e desigualdades sociais. Como dito por Ianni (1989), “A questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos”. A questão racial está totalmente atrelada à questão social, a questão da propriedade da terra e a luta de classes, e estes aspectos compõem a realidade social.

Com a Abolição, a emergência do regime de trabalho livre e toda a sequência de lutas por condições melhores de vida e trabalho, nessa altura da história coloca-se a questão social. As diversidades e os antagonismos sociais começam a ser enfrentados como situações suscetíveis de debate, controle, mudança, solução ou negociação. Ainda que na prática predominem as técnicas repressivas, a violência do poder estatal e a privada, ainda assim o direito liberal adotado nas constituições e nos códigos supõe a possibilidade da negociação. E o protesto social, sob diversas formas, no campo e na cidade, sugere tanto a necessidade da reforma como a possibilidade da revolução. (Ianni, 1989, p. 191).

A repressão constitui papel controlador da violência por parte do Estado para sanar tentativas de mudanças sociais. Houve medidas contra a vadiagem² em 1942 e o decreto de trabalho obrigatório, levando em conta as raízes do escravismo que ainda permeavam diretamente a sociedade. A resposta para essa questão (Ianni, 1989), está na transformação das manifestações da questão social em violência, e no aparato do Estado para lidar com o que ele mesmo criou, através da segurança da sociedade contra aqueles (as) que cometem a subversão da ordem social vigente.

Conforme se constata, a legislação abolicionista teve como papel tornar a abolição gradual retardando-a e colocando a serviço dos escravocratas, com direito a exploração dos que eram libertados de forma gradual, direito à indenização, dentre outros benefícios constantes na legislação específica, que por outro lado, podia punir os libertos, seja com a obrigação de manter-se com domicílio no município onde era cativo, seja com dever de prestar serviço ao ex-proprietário, ou mesmo punido por vadiagem, termo que podia designar o ato de não estar a serviço de ninguém. O negro sai, portanto da condição de escravizado para a condição de sujeito sem direitos, um marginalizado, sem terra, sem trabalho, sem acesso à educação, sem cidadania (Soares, 2022, p.8).

Moura (1983) ressalta que o problema da escravidão, que durou quase quatro séculos no Brasil, é menos importante para alguns do que o surto migratório após a abolição em 1888, que formou uma população livre sobreposta à população negra. Ele argumenta que a estrutura da sociedade brasileira ainda possui elementos negativos do escravismo, além de destacar o mito da democracia racial como um elemento desarticulador da consciência da pessoa negra no Brasil, pois, uma democracia racial seria impossível sem levar em conta todo processo histórico de exploração que faz com que as relações sociais sejam predeterminadas no sistema de estratificação social.

Ao dizer-se que somos uma democracia racial, jogamos, ao mesmo tempo, sobre o negro explorado e discriminado a culpa da sua situação atual no sistema de estratificação social e posição de classes. Porque, se há iguais oportunidades para todos, o negro não se encontra no

² No livro KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.) explica-se a história social brasileira sob aquilo que foi visto entre os anos 60/70, e os contextos que originam a “marginalidade”

cume da pirâmide porque não quer: dissipa o seu tempo no samba, na maconha e no álcool. A igualdade perante a lei desse discurso justifica a desigualdade social real em que o negro brasileiro se encontra. O formalismo jurídico, a concepção formalista do processo de interação social determina, em última instância, que esse discurso liberal absolva os racistas (Moura, 1983, p.11).

O autor destaca, em sua obra, o sistema capitalista dependente, substituidor do escravismo colonial, no qual prossegue um modelo competitivo intrínseco que manipula símbolos escravistas, buscando apagar sua memória histórica e étnica, a fim de manter as pessoas negras a-históricas. Ou seja, a realidade vivenciada pelos negros no sistema capitalista dependente é apagada, sendo um processo histórico da colonização no Brasil, no qual a produção de riquezas era baseada na exploração de forças negras escravizadas e na dizimação dos povos originários, e com eles, sua cultura e modo de viver. Mesmo após a independência do país, Moura (1983) argumenta que o Brasil continuou sendo uma nação agrária, escravista e com grandes latifúndios, principalmente voltados para a produção de café. Nesse contexto, o Brasil permaneceu subordinado na ordem internacional e na acumulação mundial, sem determinar seu próprio destino econômico.

É sem dúvida a função exclusiva a que originariamente se destinou a economia brasileira que condicionou a sua estrutura e seu desenvolvimento, e que ainda se mantém sob muitos aspectos, a saber, o fenecimento de mercados externos, é isso que forma as raízes e constitui a base da penetração e dominação imperialista em nosso país. Por sua natureza, esse tipo de economia inclui o Brasil, desde logo, no sistema internacional do capitalismo de que o imperialismo constitui a etapa atual (Prado JR, 2014, p. 86).

Prado Jr. (2014) destaca que as classes dominantes do império brasileiro transformaram os senhores de escravos e latifundiários em mecanismos de controle repressivo, ideológico e econômico, a fim de acomodar os ex-escravos na marginalidade do sistema capitalista dependente. Ele ressalta que tanto o sistema escravista quanto o capitalismo dependente estavam subjugados ao sistema colonialista e ao sistema imperialista, respectivamente, no qual, segundo ele, este “deparou-se no Brasil com uma economia que pela sua própria origem e natureza de sua formação, já se achava ajustada no sistema mercantil europeu de que resultaria,

em seu último desdobramento, o sistema internacional imperialista de nossos dias” (Prado Jr, 1987, p. 93).

No entanto, o Brasil colonial foi marcado pela exploração que não promoveu o desenvolvimento, mas sim deixou sequelas da ocupação territorial e da extração de recursos valiosos. Nesse contexto, a chegada dos africanos como mercadorias para o Brasil resultou na desterritorialização dessas pessoas, que foram submetidas a uma força de trabalho escravizada proveniente de uma outra realidade territorial. Essa força de trabalho foi utilizada para introduzir mais valor à economia, sem que fossem garantidas condições culturais e ideológicas adequadas.

Uma das análises importantes para compreender esse processo é a perspectiva do capitalismo mercantil, que se baseou na dependência econômica e no uso da mão de obra escravizada. Nesse sistema, o Brasil tornou-se dependente de outras nações, exportando seus bens e recursos, enquanto não tinha controle sobre seu próprio destino econômico. O capitalismo mercantil contribuiu para a manutenção do sistema escravista e para a falta de condições culturais e ideológicas adequadas para a população negra desterritorializada.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira (Prado Júnior, 2012, p. 18).

Portanto, todo esse processo se faz como forma de ser e existir o modo de organização e funcionamento do modelo econômico que sustenta o Brasil a partir da análise da história de um povo, onde as funções são postas a partir dos interesses da burguesia comercial ajustada às necessidades da monocultura, da concentração fundiária na mão de poucos, do trabalho escravo, da exportação e do latifúndio.

Na geração de um povo, produto da revolução mercantil e na produção de lucros exportáveis, se constituiu uma nação que, nas palavras de Darcy Ribeiro, uma nação que se desenvolveu a partir dos interesses econômicos nas estruturas de poder e na estratificação social, num subdesenvolvimento do capitalismo.

Com o amadurecimento de uma nova revolução tecnológica, e industrial, agrava-se a obsolescência de Portugal que, não chegando a estruturar-se nem mesmo como formação Capitalista-Mercantil, torna-se incapaz, também, de integrar-se automaticamente na nova civilização. Criam-se, assim, condições para que o Brasil emergja da condição colonial escravista. Entretanto, como a ruptura se dá através de um movimento de atualização histórica, só consegue desvincular-se do contexto anterior para converter-se numa formação neocolonial, inserida no sistema de dominação Capitalista-Industrial, como um dos proletariados externos de seus núcleos cênicos. (Ribeiro, 1972, p. 57-58).

No estudo das configurações histórico culturais e sócio-políticas e econômicas, temos a estratificação social e estruturas de poder como ditas por Ribeiro (1972), “numa ordenação sociopolítica de caráter oligárquico-patricia”, que foi imposta na formação histórica do Brasil colonial e que ainda hoje se adentra em todas as relações sociais, como forma de propriedade latifundiária, “regido por um patronato senhorial de fazendeiros e mineradores, combinado com um patronato parasitário, dedicado à usura, ao comércio de importação de escravos e de exportação de açúcar” (Ribeiro, 1985, p. 87-88).

O processo que se manifestou no Brasil é típico de uma economia capitalista dependente. No conjunto, várias pressões simultâneas operaram no sentido de impedir que a economia agrária se alterasse substancialmente. É que o crescimento dos pólos “modernos”, urbano-comerciais ou urbano industriais, passaram a depender, de forma permanente, da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistente das riquezas produzidas no “campo”, em direção das cidades com funções metropolitanas (Fernandes, 2008, p. 176).

No período de 1930 a 1990 a questão agrária é determinada pela implantação do capitalismo industrial, pelo projeto urbano-industrial que orientou o desenvolvimento e a modernização conservadora no país. Stedile (2005) destaca que

a burguesia industrial chegou ao poder e substituiu a influência política do setor agrícola representado pela expressão "café com leite". Durante esse período, a agricultura passou a ser subordinada à indústria e o desenvolvimento produtivo esteve intimamente ligado ao capital industrial. O autor menciona que, de acordo com Marx, o desenvolvimento do capital industrial na agricultura não segue uma forma universal, mas sim varia em cada país devido às diferentes condições naturais. Ele destaca que as condições pré-capitalistas e a luta de classes no campo são fundamentais para compreender o processo. Florestan Fernandes desta que:

O capitalismo revela-se estrutural e historicamente incapaz de superar as contradições que são criadas pela maneira através da qual ele se manifesta e se expande concretamente. Os setores socialmente privilegiados ou apenas integrados (ainda que de forma parcial ou marginal) podem mobilizar todos ou alguns interesses de classes e também podem usar, de um modo ou de outro, a ordem social competitiva, para se protegerem ou para melhorarem suas posições de classe (Fernandes, 2008, p.93).

Fernandes (2005), em sua obra a revolução burguesa no Brasil, diz que vivemos a revolução burguesa sem revolução - porque ao invés de romper o padrão histórico do latifúndio, a burguesia vai se associar a esse latifúndio e a essa economia nacional. Portanto, o subdesenvolvimento no Brasil será sempre a única forma dele existir dentro do capitalismo dependente, uma marca registrada e característica da realidade do país.

Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes (...) ele se tornou compatível com a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas" (Fernandes, 2005, p.262).

O grande capital agroindustrial toma poder na representatividade do campo brasileiro, esse comando social fundado na grande propriedade privada e reiterada no domínio e controle do sistema político pela, como dito hoje, bancada ruralista. A estrutura diretoria continua sendo exercida pelo mesmo dono da terra patrício, que procura reiterar o grande empreendedorismo, o desenvolvimento tecnológico, o

processo de expropriação e territorialização agrícola que financia o impacto ambiental, a exploração do trabalho, o controle social e da fome.

Os estereótipos construídos, financiados com belíssimas propagandas, daqueles que não compartilham desse modelo de produção no campo, os camponeses, populações tradicionais, que tidos como obstáculos, devem ser removidos para dar passagem ao moderno, identificado com a capacidade de implementar as inovações técnicas e tecnológicas no processo produtivo, desconsiderando os prejuízos sociais e os crimes ambientais cometidos (Mendonça, 2007, p. 19).

Linhares (1999) ressalta, em seu livro *Terra prometida*, como o processo de industrialização do campo no Brasil fez com que a agricultura tomasse formas de adequação ao trabalho urbano, mais produção, mais trabalho e menos condições de vida para os trabalhadores(as)

O predomínio urbano latente inicia-se, irreversivelmente, já no período da transição neocolonial (quando ainda parecia que a predominância do campo sobre a cidade não fora afetada pela emancipação política e pela constituição de um Estado nacional. O que prevalecia, nesse novo contexto histórico-social, não era a economia agrária propriamente dita, mas os interesses econômicos, sociais e políticos da aristocracia agrária, o que era coisa bem diferente. (Linhares, 1999, p. 180).

Quando Linhares (1999) exemplifica a relação da cidade com o campo, ele traz aspectos muito importantes no processo de influência de um e de outro, sendo o primeiro, a expropriação do excedente econômico gerado pelo segundo, que está na dependência da mediação do setor urbano comercial. Daí se tem a submissão do meio rural, pois, os processos de produção do capitalismo são mais lentos no campo do que na cidade.

O caso do desenvolvimento capitalista no Brasil e sua posição no interior do sistema, subordinada historicamente aos países centrais, apresentam algumas particularidades e especificidades. Segundo Francisco de Oliveira (2006), o subdesenvolvimento do Brasil não se funda apenas na oposição entre o “atrasado” e o “moderno”. Ao

contrário, “[...] o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (Oliveira, 2006, p. 33). Isto é, o subdesenvolvimento é precisamente uma produção da expansão capitalista, conforme sua necessidade de reprodução ampliada (Sant’ana; Carmo; Lourenço, 2011, p.24).

A debilidade do sistema agrário frente ao movimento das grandes forças tecnológicas do mundo urbano, caminha no exercício de conservar velhas ordens institucionais, “uma verdadeira muralha que nasce dos interesses dessas elites (...) efetivamente empenhados na reprodução social do trabalho que de todo não chega a transformar-se em mercadoria” (Fernandes, 1999, p.187).

1.3 Trabalhador(a) rural, questão social e precarização do trabalho

De Nelson Dos Santos (Imbituva/PR)

*Sem título - melodia da canção "A caneta e a enxada"

Amigo trabalhador dão licença de eu falar vou
 contar de uma história que nem dá pra
 acreditar morreram alguns lavradores por
 quererem trabalhar e nós temos muita gente
 que até pode provar foi até sindicalistas, por
 quererem apoiar morreram pela covardia é
 verdade eu vou contar fazendeiros e
 jagunços uniram para matar e o povo está
 querendo suas vida melhorar.
 João de Paula foi um deles
 não é longe daqui lá
 fica ali em Marmeleiro
 Estado do Paraná.
 Escartão foi quem matou,
 Annoni mandou matar.
 Amigo nós temos força
 só na hora de votar
 então vamos pensar
 bem a quem vamos
 apoiar
 pois o sistema de hoje
 não dá mais pra se
 aguentar e nós temos muita gente
 que tá lá só pra ganhar.

Ao pensarmos na subordinação do campo e nas relações de trabalho que desprenderam diversas formas de exploração, temos uma análise a partir desses mecanismos de produção de riqueza e meios de produção para entender formas sociais de expressão e das condições de desigualdade. A obra *Terra prometida* (1999) aborda sobre a agricultura moderna, o último estágio da produção de trabalho agrário, no qual se introduz o consumo e o comércio de carne no mercado, além da forma de divisão do trabalho, os maquinários e o uso científico de possibilitadores. A partir do momento que se transforma a força de trabalho em mercadoria, cria-se, conseqüentemente, como Linhares (1999) destaca, uma forma própria do campo de se adequar às mazelas do capitalismo. Na agricultura, as relações produtivas consideradas atrasadas, são engolidas pelas formas generalistas do capitalismo. O campo, por si só, já possui seus próprios mecanismos e fazeres na produção dos limites da necessidade humana, sendo que os proprietários de terra e capitalistas desenvolveram um mercado consumidor para o desenvolvimento industrial. “A importância da economia agrária para a acumulação originária de capital e a expansão de um polo econômico moderno, urbano-comercial, já foi exagerada, para em seguida ser subestimada. O “campo”, como núcleo da vida social “civilizada”, também já foi superestimado, para depois ser esquecido” (Fernandes, 2008, p. 171)

No sistema capitalista de produção observamos que a cada crise que se sucede, o sistema vem com mais força a cada nova imersão. O capitalismo brasileiro tardio na sua passagem da economia colonial à economia nacional mercantil agroexportadora cafeeira escravista se deu através da crise, principalmente do exclusivo metropolitano. Agora, observamos mais uma crise que dará sustentação à uma economia nacional mercantil agroexportadora assalariada. Isto é, passará de força de trabalho escrava, servil ou compulsória para uma força de trabalho assalariada. (Sant’ana; Carmo; Lourenço, 2011, p. 368).

Fernandes (2008) elucida que a sustentação do país se dá a partir da exploração da via agrícola, ou melhor dizendo, baseando-se na realidade atual, na agricultura familiar, com o modelo de latifúndio engolindo famílias, a qualidade de vida, a terra e, principalmente, a força de trabalho. Setores do campo que não se baseiam no modelo de plantio do latifúndio, têm menos oportunidades diante do Estado, da

produção de alimentos e da acumulação de capital, pois, o campo na dinâmica estratificada, foi subordinado à base de ser sustentação para o desenvolvimento industrial e para a economia interna.

A economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte da riquezas que conseguia gerar, sem nunca dispor de meios ou de condições de pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento económico (Fernandes, 2008, p.176).

O trabalhador(a) rural frente à lógica perversa do capital trabalho, tem pouco acesso a recursos porque é excluído das potencialidades dos lucros destinados ao agro, os pequenos agricultores são fadados à pobreza e miséria no campo

“A conclusão óbvia é que o pequeno agricultor desarticulado da cadeia alimentar é vítima dos poderes que o controla, isto é, a agricultura isolada gera a pobreza. O encadeamento lógico dos mecanismos de subtração da riqueza do campo leva a uma conclusão dramática: o agricultor é pobre porque produz. O valor agregado de seu produto, que transforma uma semente de milho em três espigas, acumula-se longe da porteira da propriedade, da chácara ou até da grande fazenda (Gioverdani, 2003)” (Sant’ana; Carmo; Lourenço, 2011, p.46).

A dinâmica que representa a relação entre cidade e campo na agricultura, viabiliza uma subalternidade no qual há uma disputa desigual por espaço, já que de um lado existe todo o privilégio da globalização, da herança, monocultivo e da exploração do trabalho que diminui degraus para o topo do sucesso do lado dos “heróis” que estão a frente do agronegócio; e do outro lado, há a intensificação do trabalho, metas de esforço, condições precárias, falta de recursos e ferramentas, desemprego, doenças e conflitos pela terra. Essa situação de dependência, Fernandes (2008) destaca, na situação do indivíduo que permanece abaixo da base do privilégio, vincula-se à dependência dentro da dependência. O trabalhador(a) rural, frente a essas mazelas a ele impostas, utiliza as poucas ferramentas ao seu alcance para transformar a economia agrária vigente em uma economia que se aspire para

outros fins econômicos, ou seja, desempenhe uma função que vai além do seu propósito original

Ao mesmo tempo em que o trabalho humano (e sua condição natural de geração de valores) é o fundamento da existência do capital, contraditoriamente o próprio capital é poderoso instrumento de realização do trabalho. É nesse ambiente de intensa destrutividade que os trabalhadores vivenciam situações diversas e extremas de proletarização, sob ampla e diversa trama de relações formais e informais de trabalho (Navarro; De Souza; Lourenço, 2013, p.28).

A partir da produção do livro “Trabalho Bruto no Canavial”, tem-se como base a desumanização das relações de trabalho na cadeia do agronegócio e como esse modelo de capital/trabalho é questionável frente à modernidade, pois, essa ligação, gera adoecimento e condições desumanas para os trabalhadores(as) rurais. Sant’Ana (2012, p.113) indaga: “como poderia ser diferente se o que move o capital é a lógica avassaladora do lucro; se a subsunção formal e real do trabalho é algo legalizado socialmente?”

O excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esse excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental (Ianni, 2005, p. 131).

Linhares (1999) diz que “a miséria e exploração é o diagnóstico de estarem fora da história” esse era o quadro oferecido aos camponeses no momento em que o capitalismo se torna hegemônico, além da falta de direitos e da instabilidade da classe trabalhadora dentro do mercado informal, no qual está “em condições perigosas e insalubres, expostos a riscos sem qualquer controle sobre os adoecimentos e mortes” (Navarro; De Souza; Lourenço, 2013, p.105).

A prioridade ontológica do trabalho não diminui e não hierarquiza as outras mediações que são elementos constitutivos da realidade. Assim, como Marx definiu a prioridade ontológica do ser sobre a consciência, sem com isto hierarquizar o primeiro sobre o segundo, é possível definir a prioridade ontológica do trabalho porque ele é

condição para a vida em sociedade. Na criação do mundo humano, porém, diversas mediações passam a compor os fenômenos em sua essência; daí a impossibilidade de estabelecer hierarquias entre as diversas particularidades porque são partes constitutivas do real. Fragmentá-las ou hierarquizá-las implica a perda da perspectiva de totalidade (Sant'ana, 2012, p. 205).

Ao falar da justiça social para a classe trabalhadora e a desintegração da classe dominante, e seus interesses econômicos, culturais e políticos, há o impedimento por parte desses para que a população pobre consiga se revolucionar dentro da ordem. Fernandes (2008) destaca que essa dinâmica revela um cenário de desigualdade estrutural e de resistência por parte das classes dominantes para manter suas posições de poder e privilégio, enquanto trabalhadores (as) enfrentam desafios para melhorar suas condições e conquistar justiça social dentro do sistema vigente. Sistema que manipula a política e o Estado, com a justificativa de estarem colaborando com a “preservação da paz social ou de aceleração do desenvolvimento econômico” (Fernandes, 2008, p 186).

Desse modo, essa “apatia” e desmobilização por parte dos trabalhadores (as) rurais, impede que se emancipem, e retira deles sua condição e seu papel revolucionário. “A prática conflitiva dos camponeses, entendidos no plano da subalternidade em relação à classe operária, (...) teria que ser neutralizada ou aliada aos pressupostos do protagonismo da classe operária (urbana e rural). (Navarro; De Souza; Lourenço, 2013, p. 40).

As formas de existência camponesa estão na sua possibilidade de expandir a luta em prol dos interesses camponeses e das classes trabalhadoras que se movem no sistema capitalista. E a busca para se ter seu território nesse modelo econômico vem de muito antes a partir dos ditos movimentos sociais, portanto, a questão que se implica é como a transformação do meio social se dará dentro das condições da luta de classes, da reprodução de um campesinato que enfrente o neoliberalismo e na construção um projeto popular que inclua diversas identidades nesse aspecto.

CAPÍTULO 2 - A GANÂNCIA PELA TERRA. DOS HOMENS DE POUCA FÉ: MOVIMENTOS SOCIAIS, SOCIALISMO E MECANISMOS REPRESSIVOS.

2.1 A semente plantada pela classe operária: organização, resistências e

formação da consciência e luta pela terra

*Hino oficial dos MST: "A classe roceira"

A classe roceira e a classe operária
ansiosa espera a Reforma Agrária
sabendo que ela dará solução
para a situação que está precária.

Saindo o projeto do chão brasileiro
de cada roceiro plantar sua área sei
que na miséria ninguém viveria e a
produção já aumentaria quinhentos
por cento até na pecuária.

Nosso lavrador que vive do chão
são tem a metade de sua produção
porque a semente que ele semeia
tem que ser a meia com o seu patrão.
Os nossos roceiros vivem num dilema
è o seu problema não tem solução
porque o rico que vive folgado
acha que o projeto se for assinado
estará ferindo a Constituição.

Esta grande crise que há pouco surgiu
maltrata o caboclo ferido em seu brio
dentro de um país rico e altaneiro morrem brasileiros de fome e de frio.

Em nossas manchetes de ricos imóveis
milhões de automóveis já se produziu
enquanto o coitado do pobre operário
vivendo apertado ganhando um salário
que sobe depois que tudo subiu.

A grande esperança que o povo conduz
pedindo a Jesus pela oração pra
guiar o pobre por onde ele trilha e a
cada família não faltar o pão. Que
ele não deixe o capitalismo levar ao
abismo a nossa nação

A desigualdade que existe é tamanha

Enquanto o rico não sabe o que ganha
o pobre do pobre vive de tostão.

O campo, como espaço de resistência, na busca pela transformação social, teve e tem o apoio dos movimentos sociais para a redução da desigualdade social e luta contra os mecanismos de repressão empreendidos pelos que comandam a ordem societária há séculos. Resistência orientada pelo “reconhecimento da existência de desigualdades econômicas, sociais e políticas, em contraponto ao não reconhecimento de direito, da exploração do trabalho e o não acesso à propriedade da terra” (Lusa, 2011, p. 231), responsável pela grande mobilização social no campo na história do Brasil.

A dinâmica das relações de poder que vai marcar a luta dos trabalhadores (as) rurais, tem em sua trajetória a consumação de rebeldia, resistência e organização e reivindicações de seus direitos sociais, expondo-lhes como maiores alvos da imprensa quando a mesma se reveste de propagandas negativas dos movimentos de luta pela terra. A mídia se forma a partir de um grande objeto precursor de uma avalanche em massa da compulsão da classe dominante em injuriar e desonrar a resistência e a sobrevivência dos direitos dos trabalhadores (as) do campo de permanecer na terra.

Os trabalhadores rurais e camponeses que se organizam constituem um dos alvos mais atingidos pela classe dominante e seus veículos de comunicação em massa. O processo de criminalização dos movimentos sociais, em especial os de trabalhadores sem terra, é fundamental para a classe dominante pelos desdobramentos que a própria luta pode trazer. (Sant’ana, 2014, p. 268).

O movimento social se dá a partir de uma longa trajetória de luta pela terra. O que temos não é só a luta contra o grande latifúndio, mas também contra o capital financeiro que se adentrou nesse espaço e tomou conta. Há, portanto, a necessidade “do trabalhador(a) aniquilar a classe, para assim conquistar sua liberdade através da eliminação da desigualdade econômica, social, racial, cultural e política” (Fernandes, 2015, p. 302). A importância dessa luta está na formação do sujeito coletivo e no diálogo e voz ativa da sua própria história e sua visão de homem e de mundo. A luta nasce da necessidade de conquistar direitos de participação social e isso somente

será alcançado a partir da organização coletiva – política e educativa –que também considere a transformação da estrutura do estado.

Com os desdobramentos da luta de resistência contra a hegemonia, “Os seus resultados por si só evidenciam para a massa dos trabalhadores a sua potência pode constituir-se como real alternativa de aquisição de terra, trabalho e moradia” (Sant’Ana, 2014, p. 269).

(...) vemos essa ação revolucionária no exemplo que Fernandes cita nas formas de acumulação de riqueza dos artesãos, sem recursos e condições de se expandirem, servem de pilar para uma forma de apropriação, separando o produtor dos meios de produção - vem novas maneiras de se organizar a produção e de submeter através do dinheiro aquele agente econômico fraco. (Fernandes, 2015, p. 278).

Almeida (2011) destaca como se dá a construção da identidade, a partir da interação e transformação do meio em que o sujeito está devido às trocas de experiências. E essa abertura do espaço envolvendo o coletivo, com reflexões e debates, cria as melhores condições para a formação de sujeitos críticos que reivindicam sua liberdade com a intenção de continuarem na luta pela reforma agrária, para além da simples divisão de terras.

Essa identidade seria formada pelo próprio interesse coletivo, a exemplo da visão originária do capitalismo que reflete o papel revolucionário da classe trabalhadora na sociedade capitalista, bem como o papel dos produtos dentro dos meios de produção. Trata-se de um processo em que o trabalhador(a) consegue se apropriar da produção acadêmica e intelectual de sua história, nisto as ideias socialistas, como dito por Florestan Fernandes, valendo-se para todas as organizações políticas da classe operária, dentro da luta por ocupação e conquista do poder.

“O que se pode fazer hoje? Retomar as esperanças nascidas com o socialismo, fortalecê-las e construir uma nova sociedade que combine, de fato, democracia com liberdade, igualdade e felicidade. No Brasil, essa é a única perspectiva que nos resta para escapar das iniquidades do capital e da exploração sem entranhas do imperialismo oligopolista. Em toda a periferia essa é a saída que possui uma atualidade vibrante e que seduz a imaginação do homem comum, que sonha em superar

o opróbrio, o subdesenvolvimento é uma condição servil disfarçada” (Fernandes, 2015, p. 302).

Os movimentos sociais trazem para a realidade de cada indivíduo, vivências experimentadas por eles mesmos e a transformam numa condição política e crítica do viver. Oferecem espaços para que dores, inquietações e esperanças – que nunca foram presentes no seu cotidiano – possam se expressar, estimulando um olhar adentrado à especificidade de uma possível transformação da realidade. Entender-se como classe social para se organizar é o primeiro passo para reivindicar direitos e qualificar as lutas.

Fernandes (2015) sintetiza a organização dos trabalhadores(as) à criação de sindicatos e associações, chamados de proletários por Marx e Engels na segunda metade do século XIX, por colocarem em primeiro plano sua organização política. Para construir inicialmente essa organização os proletários se viam em papéis complexos pois não entendiam qual mecanismo de luta usar diante das circunstâncias impostas: “quebravam máquinas, às vezes destruíam a própria manufatura. Depois entendeu que o problema não estava na máquina (...) mas no capitalista, na propriedade privada dos meios de produção” (Fernandes, 2015, p. 283). Os/as trabalhadores(as) tinham de focar suas armas na exploração, no entendimento das relações capitalistas de trabalho e isso não era possível individualmente. Tinham de formar coletivamente as forças e a classe e “deviam, portanto, associar-se, constituem-se, então, as primeiras formações proletárias, que promoviam a luta econômica, social e política coletiva organizada (Fernandes, 2015, p. 283).

Movimentos sociais sempre atuaram desde a época colonial até os dias atuais, mas muitos desses registros ficaram perdidos. Os povos explorados sempre estiveram presentes na luta contra seus exploradores e a criminalização desses movimentos se reflete num processo perpassado por todas as violências físicas e simbólicas que geram a violência institucional. O campo tornou-se uma figura essencial de resistência e de criação de “espaços de manobra, de construção, de uma autonomia gradualmente construída e imprescindível para o projeto de transformação social” (Sant’Ana; Carmo; Lourenço, 2011, p.149).

Os que mantêm a ordem se apropriam da influência hegemônica dos meios de comunicação para se manterem suspensos na narrativa de certo e errado, com um conjunto de crenças e um bom apoio midiático. Para ir contra esse processo, a classe trabalhadora vê na organização política sua maior arma, através das associações e sindicatos

Almeida (2021) explicita que, durante o processo dessa organização, especificamente por volta dos anos 1950, houve forte influência do pensamento socialista para a sustentação de movimentos clandestinos e organização de greves. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), sempre viu no campo a oportunidade de construir bases rurais para desencadear guerrilhas e reforçar a sindicalização dos trabalhadores(as) rurais. São bons exemplos, nesse mesmo período, a experiência das Ligas Camponesas no nordeste brasileiro. Leva-se em conta, nesse contexto, a forte influência da Revolução Cubana que inspirou as lutas políticas por toda a América, incluindo o Brasil, no qual trabalhadores e trabalhadoras pensaram uma nova política dentro do próprio movimento em que lutavam. Até então, se propunham a agir serenamente para a conquista do socialismo, marcados pela política da conciliação de classes, mesmo que impelidos por um sistema que, através da luta armada, sempre impôs suas proposições imperialistas.

Na década de 1950, vários conflitos ocorreram envolvendo a posse da terra no estado. Ao mesmo tempo, havia um trabalho de base direcionado à organização dos trabalhadores do campo, protagonizado especialmente pelo PCB. O partido criou alguns sindicatos – ou embriões de sindicatos – de assalariados rurais no estado, formou lideranças, organizou conferências de trabalhadores rurais. (Eckert, 1984, p. 64) Esse lastro sedimentado por iniciativas anteriores é fundamental para compreendermos o que ocorre a partir de 1960. (Gasparotto; Lopes; Elia; Speranza; Rodrigues; Cassol, 2020, p. 49).

Nesse momento histórico, o ânimo ascendido da revolução na radicalização da esquerda foi perceptível. Como apresenta Welch (2006), o desencadeamento dos setores conservadores também se destacou devido à efervescência de grupos apoiadores nacionais ligados ao governo dos Estados Unidos, que, ainda hoje,

buscam mecanismos para afastar a classe trabalhadora dos espaços de poder político nos quais poderiam adquirir consciência de classe para se mobilizar. Desse modo, esse é um traço histórico que marca a relação entre as classes dominantes e os trabalhadores(as): a diversa mobilização popular, particularmente aquelas de perfil explicitamente classista, é sempre marcada pelo uso dos aparelhos repressivos de coerção, ainda que tentativas de conciliação de classes não deixem de compor este processo.

(...) A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (ética do trabalho, lealdade aos companheiros, orgulho local ou nacional) e as propensões psicológicas (busca da identidade através do trabalho, iniciativa individual ou solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes, cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (Harvey, 1991, p. 119).

Houve uma onda de massacres no espaço rural com a consolidação da extrema direita dentro das estruturas legislativas, como o ato de criminalização de manifestações organizadas com a argumentação de estarem promovendo a ordem social, ou seja, o sossego para o cidadão comum. Na verdade, essa paz é apenas conquistada pelos mandos do poder, enquanto há uma luta permanente pela sobrevivência todos os dias para melhores condições de vida.

Não basta o trabalhador se desenvolver como classe, ter sindicatos, partidos e organizações culturais, educacionais, de seguridade de recreação etc., próprios. É necessário que ele adquira a consciência social da subalternidade, da importância de adquirir todos os direitos concedidos pela cidadania e acabar com o despotismo na fábrica e com o despotismo na sociedade civil, porque esses dois despotismos caminham juntos. (Fernandes, 2015, p 284).

Em Del Roio (2018), a partir dos escritos de Gramsci, fala-se sobre a

crise orgânica do capitalismo internacional que faz com que movimentos da direita conservadora cresçam gradativamente apoiados nas raízes do capitalismo imperialista. Portanto, a necessidade é que a classe trabalhadora crie seus próprios instrumentos para sua emancipação, revendo os comandos das decisões ideológicas econômicas e políticas e correndo contra o adestramento da subjetividade que se alcança através da educação, valorização da cultura, das especificidades e o direito ao poder de compra.

A onda conservadora tenta de todas as formas se adentrar construindo encanamentos resistentes dentro das instituições que mais alteram a realidade crítica da população: nas escolas, igrejas, na família, nas comunicações e nas propagandas desenvolvimentistas. Até mesmo na comida que comemos há uma doutrinação de valores na distribuição e compra desses alimentos.

Um cenário que vai contra essa forma de se alienar nos mecanismos repressivos de ação está na atuação da resistência dentro da organização política a fim de educar a classe e organizá-la no movimento social.

(...) uma auto emancipação coletiva, e isso nasce de um processo que, naturalmente, tem de evoluir gradativamente, adquirindo uma aceleração cada vez maior à medida que o desenvolvimento capitalista aumenta, porque a força relativa do trabalhador depende do grau de desenvolvimento do capitalismo. quanto mais baixo for o grau de desenvolvimento do capitalismo, mais baixo é o grau de desenvolvimento correspondente do trabalhador e mais violenta são as formas de exploração, opressão e repressão. (Fernandes, 2015, p. 291)

Os/as trabalhadores(as) do campo, que defendem a reforma agrária, são massacrados todos os dias pela fome dos grandes latifundiários da terra, e isso tende a ser jogado de volta na “mesma moeda” com mais violência. Na trajetória de constituição do capitalismo, Fernandes (2015) cita que as formas de acumulação de riqueza dos artesãos, sem recursos e condições de se expandirem, “servem de pilar para uma forma de apropriação, separando o produtor dos meios de produção - vem

novas maneiras de se organizar a produção e de submeter através do dinheiro aquele agente econômico fraco” (Fernandes, 2015, p. 278).

Essa dialética entre promessas e repressão é o cerne da história do mundo do capitalista industrial e pós industrial, há momentos em que o capitalismo atinge um pico alto e pode prometer abundância para todos. Ele “dispensaria” a necessidade do socialismo. e há momentos em que suas promessas grandiosas se volatilizam e se transmutam no seu contrário, o da face “má”. — mas temos que salientar que, para a classe trabalhadora, o capitalismo sempre está na posição do vilão, o esmagador das liberdades e inclinador da exploração, usando os aparatos da repressão para se manter vivo no comando da civilização (Morissawa, 2001, p. 96).

Em relação às ideias de Welch (2006), na década de 1960 os conflitos aumentaram. Algumas obras ajudaram a entender a força de mobilização do/das trabalhadores(as) rurais antes do golpe. As publicações da Revista Brasiliense entre 1955 e 1964, por exemplo, debateram a reestruturação da economia agrária brasileira vigente na época. Segundo Caio Prado Júnior, cerca de 30 milhões de brasileiros que trabalhavam na agricultura possuía um dos piores níveis de sobrevivência no mundo. Portanto, era de grande importância melhorar a distribuição de terras e criar uma legislação que protegesse o/a trabalhador(a) rural, para assim iniciar o processo de reforma agrária (ausente no país até os dias atuais). O movimento sindical dos/as trabalhadores(as) rurais é anterior ao governo João Goulart que estimulou a sindicalização, fato que permite indagar sobre a relação entre iniciativa governamental e camponesa.

Uma das conjunturas em que a discussão sobre o papel a ser desempenhado pela agricultura no projeto de desenvolvimento do país ocorreu de forma mais acentuada foi na década de 1960. diferentes posicionamentos políticos e ideológicos fomentaram o debate sobre o modelo de agricultura que deveria ser implantado no país. A Cepal, principal interlocutora do debate, defendia que a agricultura deveria garantir disponibilidade de alimentos para a população, liberar força de trabalho e fornecer matéria prima para a indústria nascente. (Sant’Ana, 2014, p. 266).

Com base nas ideias de Welch (2006), o cientista político Claudinei Coletti afirma que o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais antes do golpe foi de cooptação. Houve a participação do PCB, da Igreja e das Ligas na formação do movimento sindical, mas ainda o tema não foi suficientemente explorado nas diferentes regiões do país. Enquanto a reforma agrária radical foi uma bandeira de luta no período pré-64, sua articulação dentro e fora do movimento sindical não está bem entendida.

As lutas e resistências dos povos do campo faz parte de toda história da humanidade. Resgatar a voz e a atuação deles dentro do movimento político é essencial para pensar e repensar o mundo como ele é hoje. Ana Maria Araújo Freire destaca que escrever a história não é sentar e escrever no papel, mas participar da construção da sociedade em todos os níveis.

Foi a oligarquia rural, os opositores do movimento, principalmente do Rio Grande do Sul e São Paulo, que bancou e facilitou a mobilização da sociedade civil em apoio ao golpe militar, revogando a Constituição e introduzindo duas décadas de ditadura. (...) com a ditadura. Quase 80% dos sindicatos recém formados tiveram seus registros cancelados, preservando apenas os sindicatos que estavam vinculados com anticomunistas assumidos, geralmente padres e seus aliados católicos”. (Welch, 2006, p. 3).

Desde a criação dos primeiros sindicatos rurais, os governos pregavam uma ideia de desenvolvimento aliado à sindicalização para, assim, mascarar os conflitos e organizar as forças produtivas da sociedade. Esse apoio sempre advinha dos setores comerciais e industriais para, depois, serem instigados no campo. Isso sempre foi estimulado pela oligarquia rural com uma visão cooperativista, que considerava os sindicatos úteis para efetivar sua hegemonia. Tratava-se de uma demanda real que preocupava as elites locais e os EUA, no cenário da Guerra Fria, já que os (as) trabalhadores (as) rurais começaram a se organizar com apoio para muitas outras forças políticas, concebendo diversas oportunidades na agenda nacional.

O Movimento Estudantil no Brasil desempenhou um papel significativo na resistência política contra o regime de 1964, resultando em uma maior participação dos universitários na esfera política do país. Durante a década de 1960, o movimento passou por uma reestruturação nacional, estabelecendo diretórios centrais dos

estudantes e diretórios acadêmicos, refletindo uma fase de renovação e reorganização. Nesse período, houve uma colaboração entre a esquerda católica (Ação Popular) e a esquerda tradicional (PCB) na UNE, resultando em uma frente única com muitas convergências táticas e algumas disputas ideológicas.

O manifesto do DCE da PUC-RJ, datado de 1961, expressou a importância de promover as classes operárias e camponesas dentro de uma perspectiva cristã, como um passo fundamental para a humanização do mundo. A educação também foi vista como um instrumento cultural que poderia tanto perpetuar a dominação das classes privilegiadas quanto servir à opressão dos mais humildes, destacando a dimensão política da educação.

[...] temos consciência de que a promoção das classes operárias-urbanas e campesino-rurais se coloca, neste momento, dentro da perspectiva cristã, como um passo mais largo que a história exige das vanguardas atuantes no sentido da humanização do mundo. [...] Conservar a educação como instrumento cultural de dominação das classes privilegiadas é servir a opressão dos humildes. (Manifesto Do DCE/PUC-RJ, 1961).

A UNE, ao estabelecer um contato mais próximo com as federações estudantis do cone sul, adotou as bandeiras da reforma argentina e aplicou-as ao contexto brasileiro. O ideário de Córdoba, que defendia uma universidade democratizada com compromisso social, gerou um impacto mobilizador entre as lideranças estudantis, estimulando o debate universitário e promovendo uma perspectiva de transformação social através da educação

Sob o governo de João Goulart o PCdoB se envolveu contraditoriamente com o governo Jango. Aliás, os comunistas foram um dos motores do fraco dinamismo desse governo. Seus avanços, em grande parte, se devem à presença dos comunistas. Ao mesmo tempo, os comunistas incentivaram e frearam várias reformas como, por exemplo, a reforma agrária. Proclamavam a sua necessidade. PORÉM achavam que a luta camponesa não progrediu tanto no Brasil, que não havia condições objetivas para ligar a luta do trabalhador urbano com a do trabalhador da terra e, principalmente, temiam o terror da burguesia, que seria fatal ao governo. (Fernandes, 2015, p. 302).

Martins (2000), em seu livro “Reforma agrária: o impossível diálogo”, abarca a discussão do protagonismo da sociedade civil e o estado populista, com a complexidade que surge na relação entre luta pela terra e a luta pela reforma agrária, sendo fundamental que a primeira se converta na segunda para ser viável. O texto aborda a rotinização das motivações dos movimentos sociais, que os leva a serem apagados pelo processo de reprodução das relações sociais, perdendo sua objetividade e especificidade em alguns casos. Além disso, a cultura pré-moderna e retrógrada tem uma forte presença na ação política e partidária do povo brasileiro, muitas vezes direcionando o foco para encontrar culpados em vez de combater as causas reais dos problemas. O livro nos leva a analisar a relação entre teoria e prática dos movimentos sociais e os desafios das organizações políticas em buscar transformações profundas e autênticas

Dentro das perspectivas de Marx e Engels não se fala em espontaneísmo, a revolução não vai surgir através de um milagre. O papel do trabalhador nesse cenário é imprescindível com a organização coletiva e a luta de classes, para assim reivindicar novos valores à vida pública.” (Fernandes, 2015, p. 284).

Diante do capitalismo dependente que assola a trajetória do país, são compreensíveis as ações voltadas para os ideais socialistas na classe trabalhadora como uma alternativa, que se contradiz a partir das crises, pois elas intensificam um forte estado militar e conservador. Os (as) trabalhadores (as) do campo, como autodefesa, vão também se curvar ao conservadorismo popular e radical, o resgate do tradicionalismo do passado e a dominação patriarcal esmagadora dos povos da cidade e do campo presente na história. Fernandes (2015) aborda o embrutecimento do trabalhador quando ele se vê submetido às condições de trabalho precárias, que bloqueia o desenvolvimento da consciência social e impede que busquem a auto emancipação coletiva da classe trabalhadora

“O embrutecimento do trabalhador, a necessidade do trabalhador de tomar consciência de sua situação social e o fato de que a situação só possa ser alterada pelo próprio trabalhador coletivamente, portanto, obriga-o a sindicaliza-se em sindicatos, partidos, criar outras

organizações culturais para poder propor uma sociedade de caráter diferente, com uma nova forma de produção, com uma infraestrutura que não seja espoliativa, que assegure a igualdade e liberdade como algo generalizado e que envolva a autogestão coletiva dos meios de produção, no qual se consagre a construção da democracia” (Fernandes, 2015, p. 278).

A ação política de criminalização das lutas que reivindicam os direitos da classe trabalhadora se desenvolve nos níveis político, econômico, social e cultural. O objetivo é apagar essa classe em nível estrutural e estatal, apresentando argumentos que se dissimulam no sentido da preservação da paz social e a abertura do desenvolvimento econômico. O uso da violência se manifesta nessa luta política pela eliminação das populações despossuídas de direitos no meio rural e que sobrevivem precariamente na produção da economia agrária e no mundo capitalista de mercantilização do trabalho.

Nas lutas sociais, é onde se reivindica as liberdades democráticas, e para os(as) trabalhadores(as) do campo essa reivindicação advém do campesinato e das formas de resistência. Nesse espaço, é possível encontrar a consciência emancipatória que tem força para destruir o capital, a partir da luta histórica e da força da classe trabalhadora com a compreensão de seus próprios limites.

Martins (2000), figura a conexão dos movimentos sociais entre teoria e prática, onde se vê um bloqueio, principiada na perda da criatividade, na energia imposta àquela atividade a fim de se tornar algo próprio e único. E o grande motivo dessa perda se dá através da rotinização das motivações, da reprodução e produção de resultados iguais, sem alternativas novas, e apenas como uma parte da “(...) manutenção das iniquidades sociais na medida em que a partidarização o integrou nos mecanismos reprodutivos da sociedade que pretende mudar” (Martins, 2003, p. 60). O imediatismo das ações, o não aprofundamento do entendimento da luta e o sentimento de haver outras possibilidades, paulatinamente vai reduzindo esse movimento à imobilidade e à omissão.

(...) a partir da concepção da causalidade do desenvolvimento econômico em uma sequência mecânica de etapas, em que o socialismo estaria a reboque do capitalismo (Semeraro, 1999). Para o

autor, Gramsci vai resgatar a força mobilizadora do marxismo, que ressalta a importância da iniciativa política e da organização das massas. É necessário colocar na pauta o caráter transformador da filosofia da práxis, como afirma Dias (2004), não basta fazer a crítica, tem que se construir a transformação. Parafraseando Marx (1982), os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (grifos originais). (Bravo; Correia; 2012, p. 147).

Em 1960 há o sindicalismo cristão e constituição do MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra (RS), uma organização criada pelo governador Brizola para impedir que, no Rio Grande do Sul, os(as) trabalhadores(as) rurais se filiassem à Ulatb ou às Ligas, e ele nasce para auxiliar nas ocupações de terra e tem como objetivo divulgar nacionalmente seu histórico de luta e seu nome.

Foram criados acampamentos pelo movimento para a resistência armada e ocupações de terras no Rio de Janeiro, além de haver, durante esse período, grande expansão das ligas camponesas e ampliação de conflitos e manifestações no Nordeste e em outros lugares do Brasil.

Em 1960, quando da realização do V Congresso do PCB, a linha política apresentada na Declaração de Março é reafirmada. Em sua “Resolução Política”, os comunistas brasileiros interpretaram a situação nacional com foco em dois polos geradores de contradições que obstruem o desenvolvimento do país: a “exploração do capital imperialista internacional” e o “monopólio da propriedade da terra em mãos da classe dos latifundiários”. Dessa forma, admitia-se que a “emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada” constituíam-se em tarefas fundamentais para as lutas do povo brasileiro. O objetivo era a eliminação das contradições entre o imperialismo norte-americano e os interesses nacionais, e entre o desenvolvimento das forças produtivas e o monopólio da terra com suas relações de produção atrasadas (PCB, 1960) (Almeida, 2021, p.12).

Na década de 1960, o Brasil testemunhou uma série de eventos marcantes. Em 1961, a renúncia de Jânio Quadros desencadeou uma crise política que coincidiu com um aumento significativo no debate sobre reforma agrária na sociedade e no Congresso Nacional. Neste mesmo ano, ocorreu o Congresso Unitário de

Camponeses do Brasil em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em 1961, durante o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, o debate sobre a reforma agrária foi acalorado, com o PCB, a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e o governo lutando pela liderança em suas propostas. As Ligas Camponesas, apoiadas pelo Master, defendiam a radicalização, enquanto a Ultab buscava reivindicações trabalhistas e uma reforma agrária dentro da lei.

A Ultab, ao contrário, era, sobretudo, uma organização que não buscava ser um movimento ruralista; seu principal objetivo era criar os elementos indispensáveis para formar a aliança operário-camponesa que o PC projetava para realizar a propalada “Revolução Democrático-Burguesa (antifeudal e anti-imperialista)” (Stédile, 2006, p. 71)

No ano de 1962, o Estatuto do Trabalhador Rural e a SUPRA (Superintendência de Política e Reforma Agrária) foram consolidados. No mesmo período, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi constituída e houve uma greve geral dos trabalhadores canavieiros na Zona da Mata, Pernambuco.

No entanto, a partir do momento em que a Ultab conseguiu criar e dirigir a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e institucionalizá-la de facto e de jure, passa a apoiar as incipientes e tímidas medidas de reforma agrária do governo federal. Essas medidas baseiam-se na expropriação (mediante pagamento em dinheiro) e na distribuição de terras em zonas de conflito” (Stédile, 2006, p. 72).

Em 1963, o governo Goulart promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural, que equiparou os direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais aos urbanos. O governo também apoiou a sindicalização rural em apoio às Ligas Camponesas, que intensificaram suas ações, incluindo a ocupação de engenhos e confrontos com a polícia. O isolamento de líderes como Julião enfraqueceu as Ligas.

No fatídico ano de 1964, um comício na Central do Brasil culminou no golpe militar patrocinado pelos Estados Unidos. Esse período viu um movimento camponês

altamente centralizado, com as Ligas Camponesas atuando de forma organizada, apoiadas por seu próprio jornal, Terra Livre, e o folheto Zé Brasil. No entanto, o golpe desarticulou as Ligas de Sapé, resultando em prisões e assassinatos de líderes.

Os(as) trabalhadores(as) rurais expressaram sua insatisfação de várias maneiras, incluindo ações legais, resistência a despejos, formação de associações, Ligas Camponesas e sindicatos rurais, e pressionaram o Estado por políticas específicas. Esse período tenso culminou na aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que estendeu muitos direitos trabalhistas ao campo. No entanto, as oligarquias rurais reagiram violentamente à organização dos camponeses e à sua crescente participação política, com diversos trabalhadores(as) rurais assassinados pelos grandes proprietários de terra em nome da “segurança nacional”.

2.2 Reforma agrária, governos e políticas públicas

REIVINDICAÇÃO DE POSSE:

PAULA GUALBERTO

Um mar de telhados e poucos lares
 Um vendaval de portas no íntimo de uma reforma agrária
 Um quarteirão de uns indivíduos sem teto
 Um monte de gente sem cobertura
 Um monte de cobertura sem gente
 Descobertos os homens caminham em meio a chuva
 As sombras estão encobertas em números monstros que
 habitam o imaginário
 Muitos monstros que assombram o homem

Palpável o real
 Inúmeras aberrações perpetuam o
 privilégio E herdamos o direito de possuir:
 terras, pessoas e bens...
 Como enxurrada arrastando tudo Lavando
 cidades inteiras em um mar de sangue (Arrimo:
 antologia poética, 2023, p. 58).

Diante de inúmeras contradições, entre as já abordadas no presente trabalho e demais que serão abordadas à frente, se vislumbra a impossibilidade de conceber

uma “reforma agrária”. Isso se dá devido a modernização e fortalecimento do capital agrícola, que não promove mudanças contra a ordem estabelecida, e tampouco viabiliza espaços de discussão e luta em prol disso. Por meio das forças dominantes (que representam os interesses das classes dominantes da sociedade), se perpetua a estrutura que promove injustiças econômicas e culturais, e que impede a mobilidade social e a justiça aos trabalhadores rurais. A luta por condições mais equitativas e transformações significativas enfrenta obstáculos impostos por aqueles que detêm o poder e estão comprometidos em preservar uma ordem que favorece seus interesses.

Entende-se, então, a inviabilidade de uma reforma agrária no contexto em que estamos inseridos: aquele que impossibilita reformas e revoluções contrárias à ordem vigente e ao acúmulo de capital agrícola. Portanto, em via de entender primeiramente a quem realmente interessa a reforma agrária e quais seriam seus impactos (que assombram uma grande parcela de latifundiários), se faz necessário pautar as questões: O que é a questão agrária no Brasil, o que justifica a necessidade de uma reforma agrária e qual reforma agrária?

José de Souza Martins elucida em “Reforma Agrária o impossível diálogo sobre a história impossível” que:

A questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital e à reprodução ampliada do capital. Esse bloqueio pode se manifestar de vários modos. Ele pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas. Não é manifestamente o caso brasileiro, ou não o é especialmente, embora também o seja de um modo indireto. (Martins, 2000, p.99)

Ou seja, em termos gerais, a questão agrária se manifesta entre as incompatibilidades de interesses da propriedade da terra com a reprodução ampliada do capital. Todavia, para analisar a questão agrária, se faz necessário analisar o período histórico-cultural em que essa está inserida; o que irá impactar diretamente sobre a questão. Martins(2000) ressalta que:

O ponto essencial é problemático raramente considerado, mesmo por quem é sério e competente, é o de que a questão agrária tem a sua própria temporalidade, que não é o “tempo” de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. É por isso mesmo alcançada continuamente pelas condições cambiantes do fazer história. O próprio ato de intervir na questão, de um modo ou de outro, numa perspectiva ideológica ou noutra, já altera a questão agrária. Não só a atenua ou a agrava, como também muda-a qualitativamente, define as possibilidades de nela se continuar intervindo, as condições em que tal intervenção pode ser feita. A questão é, portanto, essencialmente uma questão histórica. (Martins, 2000, p.99)

A necessidade histórica da reforma agrária no Brasil como projeto popular se fundamenta na profunda relação entre a distribuição de terras, a economia política local e as desigualdades sociais. A concentração fundiária no Brasil, historicamente liderada pelo agronegócio, perpetua conflitos sociais agrários e afeta a biodiversidade, terras indígenas, mineração e modelo extrativista. Embora a reforma agrária seja crucial, ela enfrentou resistência por parte das elites e, nos últimos anos, enfrentou desafios significativos de desmonte de políticas sociais e agrárias. A falta de ação efetiva do governo central levou o povo a realizar ocupações de terras, muitas vezes criminalizadas. As políticas fragmentadas até agora não resolveram a questão agrária.

Portanto, a questão agrária se materializa enquanto questão histórica, o que determinará seus sujeitos e seus confrontos. Pautando uma análise sobre as particularidades do Brasil, tem-se que, historicamente, houve fortes intervenções da igreja católica dentro das forças de poder dominante. Essa influência (que se perpetuou cultural e politicamente por muitos anos) definiu o início da trajetória da questão agrária no Brasil: “durante quase um século, a questão agrária se expressou por meio de tensões religiosas, de confrontos sangrentos” (MARTINS, 2000). A questão agrária torna-se uma questão religiosa, política, policial, militar, de combate e por consequência deste projeto, de inúmeras mortes.

Com o decorrer dos anos, grandes donos de terra se tornaram empresários, em consonância com o sistema capitalista, “tanto na região canavieira do Nordeste quanto

na região cafeeira do Sudeste” (Martins, 2000, p.100). A partir disso, o grande capital passou a refletir sobre a posse das terras, especialmente devido a incentivos fiscais no período da ditadura militar, entendendo que os fazendeiros cresceram seu capital acompanhando o materialismo dialético histórico de seu tempo.

Na ditadura, foi operado um expressivo crescimento do parque industrial, ademais, com o seu modelo, realizou-se a modernização das atividades agropecuárias, porém mantendo o caráter oligárquico da propriedade da terra, impedindo a reforma agrária. Na referida época, cabe ressaltar o forte apoio da imprensa à ditadura e a perpetuação aos valores do grande capital agrícola: diversos jornais compactuam com a ditadura, e hoje, estes fazem autocríticas oportunistas.

Em decorrência de tal questão agrária, que se materializa a partir da posse de terra por parte dos latifundiários que a detém e nela produzem somente em busca de capital, se tem a busca pela reforma agrária que visa a regularização fundiária dessa situação dos posseiros em disparidade (e contrariedade) com o manejo e cuidado da terra proposto pelos agricultores familiares e pelos povos originários. Reforma agrária é “todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade.” (Martins, 2000, p. 107). Dentro deste contexto, Martins ainda elucida que:

A sofrida e sangrenta resistência dos posseiros à sua expulsão violenta da terra para beneficiar grileiros e latifundiários e viabilizar a política de consolidação da aliança da terra com o capital, fator de esvaziamento da reforma, impôs ao Estado brasileiro nos anos mais difíceis e repressivos da ditadura a necessidade de atenuar e redefinir parcialmente o seu projeto fundiário. Foi o que salvou o país de se transformar num território de enclaves do poder absoluto do capital latifundista. [...] A regularização da situação fundiária dos posseiros de extensas regiões do país foi e é um legítimo ato de reforma agrária porque impõe limites ao processo expropriatório que daria ao país uma estrutura fundiária muito mais concentrada e latifundista do que a atual. (Martins, 2000, p. 107)

Essa disparidade entre os que hoje detém a terra e os pequenos agricultores é decorrente da formação social brasileira e da desigualdade social e racial, que se

edificou sobre o latifúndio: nunca foi realizado um amplo e efetivo processo de distribuição de terras e riquezas. No Brasil, a reforma agrária do tipo clássica como parte do desenvolvimento capitalista nunca ocorreu, ao contrário, o desenvolvimento das forças produtivas do modelo do capital deu-se através da agro exportação, apropriação dos bens naturais, exploração dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as) e expropriação dos povos do campo das águas e das florestas. Na luta dos povos, o sentido da reforma agrária tem caráter popular de luta e de disputa de poder, e foi assim que no bojo dos movimentos populares foi surgindo o conceito de soberania alimentar, vinculado ao direito dos povos sobre seus territórios e também como elemento central do direito soberano à alimentação por parte dos camponeses (mas também, para garantir sua autonomia em relação à alimentação).

Conceitua-se, assim, o que temos por reforma agrária, entendendo as tentativas e possibilidades abordadas pela parte populacional que a defende. Porém, no âmbito da resistência brasileira, quais foram os movimentos populares em busca da efetivação de uma política de reforma agrária? Como se deu o caminho das lutas em busca pela reforma agrária?

A princípio, desde o início do Brasil (a partir de sua colonização) havia a resistência dos nativos contra seu próprio cativeiro: estes também negavam a reconhecer o cativeiro da terra e sua expulsão. E se sabe que, “(...) das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra” (Fernandes, 1999, p. 52). Estes povos, por sua vez, se opõem historicamente à expropriação capitalista e eurocentrada, fortalecendo desde os primórdios espaços de resistência (como por exemplo, os quilombos, que surgiram enquanto forma de resistência ao cativeiro).

Com o decorrer dos anos, institui-se no Brasil a propriedade de terra e a “libertação” dos escravos (que agora passariam a ser trabalhadores livres), visando o desenvolvimento capitalista. Quando estes eram escravos, os trabalhadores eram vendidos como mercadorias [...]. Como trabalhadores livres, vendiam sua força de trabalho ao ex-escravocrata, então fazendeiro - capitalista.” (Fernandes, 1999, p. 53).

Então, nesse contexto, os antigos escravos se tornam trabalhadores livres e sem terra: a luta pela liberdade se desdobra na luta pela terra.

Os ex-senhores de escravos transformados em senhores da terra passaram a grilar a terra. E para construírem a trama que dominaria as terras do Brasil, exploraram os trabalhadores. Estes transformaram florestas em fazendas de café ou de gado, mas foram expropriados, expulsos, sempre sem-terra. Assim, nasceu o posseiro, aquele que possuindo a terra, não tem o seu domínio. A posse era fruto do trabalho e o domínio era resultado do poder. Para a formação das fazendas desenvolveu-se um processo de grilagem de terras. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros verdadeiros traficantes de terra - formaram os latifúndios. [...] Dessa forma, os camponeses sem-terra formavam fazendas que eram apropriadas pelos coronéis. (Fernandes, 1999, p. 53)

A partir desta realidade imposta, passa a existir um forte momento de migração por parte dos trabalhadores, em busca da terra liberta, resistindo e fortalecendo lutas contra o coronelismo. A exemplo dessa resistência, tem-se a Guerra de Canudos (1896-1897) no Nordeste, a Guerra do Contestado (1912-1916) no Sul, a Guerra do Formoso (1950-1960), no Centro-Oeste (Reis, 2012, p. 91).

Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Os camponeses sem-terra acamparam na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população [...]. Foram acusados de defender a volta da monarquia. Expedições Militares de quase todo o Brasil atacaram mais de 10 mil camponeses. De outubro de 1896 a outubro de 1897, os ataques do exército foram enfrentados e refreados até o cerco completo e o massacre do povo de Canudos. (Fernandes, 1999, p. 54)

Para além da Revolta de Canudos, se elenca em relevância a organização das Ligas Camponesas, movimento surgido em meados da década de 1950, da luta de arrendatários pelo acesso à terra no interior de Pernambuco.

O crescimento das Ligas (só no Nordeste, elas tinham em torno de 70 mil associados) e a politização de seu discurso - que passou a incluir temas como a reforma agrária, o desenvolvimento e a questão regional -, foram considerados por muitos analistas como um dos detonadores do movimento que levou ao golpe militar no Brasil em 1964. Antes desse golpe, não apenas as Ligas, mas também o Partido Comunista (PC) e a Igreja Católica conservadora atuavam como agentes de mobilização social no campo, promovendo a sindicalização; o PC buscando aliados para a revolução proletária; a Igreja, diminuir a influência do PC sobre os pobres. (Fernandes, 1999, p. 55)

A abordagem atual é reativa e não coíbe a violência no campo, contribuindo para mais conflitos. A reforma agrária ainda não se efetivou como uma política pública de desenvolvimento rural redistributiva e emancipatória. Para mudar essa realidade, é essencial compreender as complexidades da questão agrária e buscar políticas públicas mais articuladas e emancipatórias, que considerem a distribuição de terras como um fator central para a transformação social e econômica.

No livro “Reforma Agrária o impossível diálogo”, Martins questiona se o debate hoje não está mais voltado para a luta pela reforma agrária em si, e sim qual a forma da reforma: a luta ideológica engoliu a luta pela reforma agrária.

Seu objetivo é a guerra cultural contra a mentalidade, os costumes e as tradições dos pequenos agricultores pobres, de modo a convertê-los em apêndice da indústria de insumos e equipamentos agrícolas. Por esse meio, espera-se integrá-los a um setor do mercado que não representa necessariamente a melhoria no seu padrão e na sua qualidade de vida. Essa espécie de invasão cultural acaba, quase sempre, resultando na destruição da cultura tradicional das populações camponesas, seus valores, suas técnicas, seu saber. Os técnicos governamentais responsáveis pela execução da reforma não raro são carentes de formação antropológica para lidar com a realidade cultural das populações pobres, com as quais têm uma convivência diária e culturalmente conflitiva. Carentes, também, de uma formação sociológica que lhes dê um aparelhamento crítico para situar e superar as limitações da sociologia rural das escolas de agronomia. Nessas escolas, no geral se difunde uma sociologia instrumental voltada para a formação de competências para anular ou atenuar os processos espontâneos de inovação social, e mesmo técnicos, e reduzi-los à lógica do grande capital, (Martins, 2000, p. 47).

Os movimentos citados foram propulsores de lutas em busca de resistência, que existiram anteriormente à ditadura militar e que refletem na existência do movimento que temos hoje. Isso se deu (e se dá) em busca de uma distribuição de terra legítima, justa e não excludente com os que carregam a historicidade de terem sido sujeitos escravizados e, quando libertos, sido colocados na posição de sem-terra.

Expressa-se, desta maneira, o caminho trilhado pela luta popular em prol da reforma agrária. Todavia, também cabe analisarmos: no âmbito da política brasileira, houve tentativas governamentais de efetivação de uma política de reforma agrária? Como se deu a via de resposta política às lutas em busca de fortalecimento da busca pela reforma agrária? De maneira geral, a política brasileira por muitas vezes reprimiu, coibiu e foi contrária às reivindicações trazidas pelas camadas populares.

CAPÍTULO 3 – A LUTA PELA TERRA NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 1960 E

SEU LEGADO

3.1 Herança das Ligas Camponesas e o estímulo à luta

Hino do camponês,
escrito por Francisco Julião.

Companheiros, irmãos de sofrimento,
Nosso canto de dor sobe da terra
É a semente fecunda que o vento
Espalha pelo campo e pela serra
A bandeira que adoramos
Não pode ser manchada
Com o sangue de uma raça
Presa ao cabo da enxada
Não queremos viver na escravidão
Nem deixar o campo onde nascemos
Pela terra, pela raiz pelo pão
Companheiros, unidos, venceremos
A bandeira que adoramos
Não pode ser manchada
Com o sangue de uma raça
Presa ao cabo da enxada
Hoje somos milhões de oprimidos
Sob o peso terrível do cambão
Lutando nós seremos redimidos
A REFORMA AGRÁRIA é a salvação
A bandeira que adoramos
Não pode ser manchada
Com o sangue de uma raça
Presa ao cabo da enxada
Nossas mãos têm calos de verdade
Atestando o trabalho honrado e duro
Nossas mãos procuram a liberdade
E a glória do Brasil para o futuro
A bandeira que adoramos
Não pode ser manchada
Com o sangue de uma raça
Presa ao cabo da enxada.
(Francisco Julião, Recife, setembro de 1960)

Nos anos sessenta, muitos autores pressupunham que as crises sociais e políticas, promovidas pela parcela antipopulista do Estado, avançaram nos ideais do socialismo, com as formas de organização dos(as) trabalhadores(as) rurais estimulada pelo PCB a partir de 1945. Mas o cenário é abafado a partir da ilegalidade do partido (1947) sendo que as Ligas camponesas também sofrem esse impacto. Apenas em 1955 elas ressurgem no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Inicialmente, para driblar as restrições à formação de sindicatos e ligas rurais, bem como escapar da repressão dos latifundiários, com a palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra”, e perpetuar-se por 10 anos, entre 1954-1964.

Nesse contexto, o trabalhador aparece como uma classe política, que tem uma consciência política mais autônoma, como “classe para si”. Essas são as condições socioculturais, econômicas e políticas em que surgem as ligas camponesas e os sindicatos rurais. Em lugar das rebeliões de cunho mágico-religioso, ou da violência anárquica, surgem movimentos políticos de classe, organizados segundo as exigências da luta pelo poder e pela transformação das condições de existência do proletariado rural. (Stédile, 2006, p. 146).

Almeida (2021) destaca a Revolução Cubana como grande precursora do marxismo na América Latina. Ela serviu como: a) guia/inspiração para diversas lutas camponesas; b) ofereceu apoio material e treinamento de guerrilha aos grupos de esquerda surgidos na década de 1960³; c) apoiou dissidentes do PCB e a demais militantes a guiarem sua revolução tanto no campo quanto nos espaços urbanos. O apoio cubano, além de proporcionar diversas experiências pela América Latina, especificamente no Brasil, conduziu-se principalmente através do contato com as Ligas Camponesas.

O exemplo da Revolução Cubana inspirou um processo de radicalização à esquerda, que será a resposta a outro processo de radicalização empreendido por setores conservadores”, de grupos

³ A primeira experiência de guerrilha esboçada nos anos 1960 foi desmantelada após a descoberta e repressão sobre um campo de treinamento, em Divinópolis, Goiás, em 1962 (BASTOS, 1984, p. 101-103; ROLLEMBERG, 2001, p. 17-18; RIDENTI, 2007, p.26).

nacionais, do governo dos Estados Unidos e grupos econômicos com interesses afins (Ayerbe, 2004, p.112).

A repressão vivenciada pelas Ligas foi feita por todos os lados. Os conflitos se sucedem envolvendo a bancada ruralista, os donos da terra, a atuação dos movimentos reformistas, o PCB e os setores conservadores da igreja católica. Esse choque, nos anos 1960, expressou mudanças quanto ao rumo que revolução deveria tomar com divergências, inclusive, entre os setores de esquerda, inspirados na Revolução Cubana, e o PCB.

Essas divergências também se mantiveram no contato do PCB com as ligas camponesas e a influência de Cuba nas Ligas. Uma luta que inicialmente se instaura no campo, para depois se mover para a cidade, “sem a direção de um Partido Comunista, superando as concepções elitistas e ainda, instaurando o socialismo com medidas radicais, entre elas, a reforma agrária e o coletivismo (Azevedo, 1982, p. 89)” (Almeida, 2021, p. 228). E essa aproximação com a revolução foi um forte indicativo disso, “o diálogo entre o governo revolucionário e as Ligas é um componente ilustrativo de tal identificação, que marca os conflitos travados com o PCB acerca de suas concepções e táticas para o desenvolvimento da revolução brasileira” (Bastos, 1984, p.81-85; Ferreira, 2009, p.175-177).

Esse era o caminho que a revolução tinha que seguir: o caminho da luta anti-imperialista e o caminho do socialismo. Ou seja: a nacionalização de todas as grandes indústrias, dos grandes comércios. A nacionalização e a propriedade social dos meios fundamentais de produção e o desenvolvimento planejado da nossa economia a todo o ritmo que permitirem os nossos recursos [...] (Castro, 1961, p. 295)

Com a contribuição do livro de Stédile (2006) “A questão agrária e as ligas camponesas 1954-1964”, temos a cronologia dos movimentos sociais no campo situado entre 1945 à 1964, que perpassa as primeiras discussões sobre a reforma agrária da organização política dos camponeses no governo João Goulart.

Em 1954 houve a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e a constituição da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil),

controlada pelo PCB. “Sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses)” (Stédile, 2006, p. 49), com sua sede central na cidade de São Paulo dirigida por Lindolpho Silva.

A Ultab, ao contrário, era, sobretudo, uma organização que não buscava ser um movimento ruralista; seu principal objetivo era criar os elementos indispensáveis para formar a aliança operário-camponesa que o PC projetava para realizar a propalada “Revolução Democrático-Burguesa” (antifeudal e anti-imperialista). Salvo algumas exceções (José Porfírio, em Goiás; Chicão, em Minas Gerais; Jofre Correia, em São Paulo), seus líderes não surgiam espontaneamente dos grupos camponeses, mas eram impostos pela própria Ultab ou pelos organismos locais do Partido, para mobilizar os camponeses que, por fim, uma vez politizados, lhes atribuíam a liderança” (Stédile, 2015, p. 71).

No ano de 1954, ano em que começaram a surgir mais organizações camponesas, mas que ainda não usufruíram do nome das ligas, como a da Iputinga, localizada nos arredores de Recife, houve diversas tentativas de liquidação dos líderes e crimes de ódio. Em 1955 temos a constituição das Ligas e a resistência e expulsão dos camponeses no Engenho Galiléia (PE), além do movimento de arrendatários rurais em Santa Fé do Sul (SP).

Francisco Julião, em seu livro “Que são as ligas camponesas” (1961), depois de ser chamado para defender, como advogado, as intimidações que o povo de Galileia estava a receber, destaca:

Uma massa esmagada pelo latifúndio, como a cana de açúcar pela moenda, Sensível ao seu sofrimento, tocado pelos ideais socialistas, vendo na estrutura capitalista e latifundiária a fonte de todos os males e injustiças contra os humildes, foi fácil dizer aquele primeiro núcleo de compensa que a liberdade deles estava em suas próprias mãos” (Julião, 1962, p. 26).

Em 1955, para fazer a terra ficar mais lucrativa e deslocar a força de trabalho sem utilidade na época, os donos do Engenho Galiléia aumentaram preço do foro. A

consequência imediata foi a luta comum contra esse aumento da renda da terra, com o apoio de Francisco Julião do PSB.

Além de Francisco Julião, outros líderes importantes envolvidos nas ligas foram: Clodomir Moraes, dissidente do PCB, padre Alípio Freitas, do Maranhão, ligado à esquerda cristã radical, e João Pedro Teixeira, da Liga de Sapé, na Paraíba, assassinado em 1962. Durante o regime militar de 1964, Julião e diversos outros líderes foram presos e condenados. Sua culpa: desejar justiça social. O movimento então ficou sem comando e se dispersou. (Morissawa, 2011, p. 93).

Diante de toda a disputa de território, os camponeses da Galileia tiveram a arma da justiça, dessa vez nas suas terras. Saíram vitoriosos da Assembleia Legislativa no qual foi votada a desapropriação do território, graças ao projeto de lei do deputado socialista Carlos Luiz de Andrade. Logo, como dito por Julião (1962), o mesmo governo que sanciona a lei, incorporou as terras da “Galiléia” a uma “companhia de revenda e colonização”. A alegria do povo durou pouco, foram esmagadas pela exploração de uma cooperativa.

As ligas, em todo esse período, tiveram grandes atos radicais para quebrar sua imagem frente a qualquer outra organização. Seu nome era proibido e ovacionado. Esses atos fervorosos, expostos por uma propaganda negativista dos setores unidos às forças do latifúndio, fez com que as elites tomassem consciência da real organização dos(as) trabalhadores(as). A imprensa, ao lado da classe dominante, discutia as ligas como não-cidadãos, como violentos, inimigos da paz, veiculando acontecimentos de forma caluniosa, fragmentada e com duplo sentido. O terrorismo imposto à sociedade como sendo promovido pela Ligas nas capas de jornais, repercutiu a posição do senhorismo e do latifúndio.

Em 1958 dá-se destaque à Liga de Sapé, associação dos lavradores e trabalhadores agrícolas, que tinha como objetivo auxiliar socialmente os arrendatários e pequenos proprietários de terra a defender

seus direitos, sob a liderança de Nego Fubá, Pedro Inácio e a viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira⁴.

Diante disso, a população da Paraíba testemunhou de perto um movimento que pôde desafiar de maneira organizada o poder dos grandes proprietários de terra do Estado. No entanto, o golpe civil-militar de 1964 desmantelou as ligas de Sapé, o que resultou na prisão e em alguns casos na execução de seus líderes. Os(as) trabalhadores(as) resistiram aos despejos, se puseram à frente dos latifundiários nos tribunais e formaram associações, ligas camponesas e sindicatos para demandarem políticas de direitos para o Estado. Essa resistência conquistou direitos trabalhistas para os povos do campo, principalmente na aprovação do estatuto do trabalhador rural em 1963 durante o governo do presidente João Goulart. No entanto, as elites rurais reagiram violentamente à participação política dos camponeses.

Se o desrespeito à Consolidação, se a burla aos dispositivos, se a conciliação, cuja finalidade é castrar o direito do empregado, tirar-lhe o impulso inicial, quebrar-lhe a resistência, se tudo isso se verifica nos grandes centros onde a classe operária, já organizada nos seus sindicatos, têm melhores condições para resistir à burguesia capitalista, imaginemos o que não ocorre no campo com o assalariado agrícola idealizado pela burguesia rural! Se o capitalista da cidade reage, fere e rasga, a cada instante, a Consolidação, qual não será o comportamento do capitalista do campo? (Julião, 1962, p. 52)

O “terra livre”⁵, jornal de divulgação do PCB, voltado para o público do campo criado antes do golpe de 1964 e extinto após ele, será um material de grande importância para este trabalho. O jornal foi estreitamente articulado para ir contra à oposição sindical e discutir sobre questões fundiárias e estruturas organizacionais que fazia parte da conjuntura política. Evidencia-se uma passagem sobre a luta dos sem-

⁴ Ao contrário do que esperavam os mandantes do crime, o movimento se fortaleceu: revoltados com a execução, centenas de lavradores se associaram à Liga Camponesa de Sapé, que totalizam mais de 7 mil filiados

⁵ Para saber mais sobre como se deu o surgimento da categoria do sem-terra, acessar a leitura ARAÚJO, Ramon Torres. A construção da categoria política sem-terra a partir do jornal Terra Livre (1954-1964). **Faces da História**, v. 1, n. 2, p. 206-222, 2014.

terra contra o latifúndio e os latifundiários, que fala sobre a história de um militante contra sua condição.

3.2 O Governo João Goulart e as lutas pela reforma agrária

Por Medeiros Braga:

Como disse Bertold Brecht
Em lições claras, atentas:
“As águas que fazem o rio
Não são em si turbulentas,
Mas, as margens que comprimem
É que tornam violentas.”

(...)

Há mais de cinqüenta anos
Protestava já de pé
A ganância pela terra
Dos homens de pouca fé,
Num cantar de patativa,
Patativa do Assaré.
Consumido pelo tempo
Meio século se passou,
Ficou o campo deserto,
A cidade, então, inchou
E a relação social
No país se complicou.
O Brasil está quebrado,
Falta desenvolvimento,
O desemprego caminha
E faz do homem o fermento
Do processo que resulta
No mundo mais violento.

(...)

Foi feita a reforma agrária
Por toda América Latina,
Há mais de século no México
E por toda área andina:
Bolívia, Venezuela,
Peru, Chile, Argentina...
Porém, aqui no Brasil
Sempre ao povo foi negada,
Somente com João Goulart
Pôde ser reivindicada
Pelas Ligas Camponesas
Para ser logo implantada.
Porém, um golpe de Estado

Seguido por ditadura
Depôs o seu presidente,
Criando nova estrutura
O que levou a reforma
Agrária pra sepultura.

O governo João Goulart precisa ser minuciosamente analisado no sentido de entender e interpretar um período que não foi homogêneo, a partir de uma visão mais profunda das mediações que circunstanciam uma presidência que, além de sitiada por conspiração da direita, era também assistida por organizações a todo fervor da resistência democrática, das lutas, e de todos os outros setores da sociedade.

A imprensa teve papel indiscutível no seguimento da ordem dominante e conservadora, que ganha espaço nas tentativas de criminalização e desqualificação de movimentos contrários à onda regressiva que impedia mudanças profundas e inovadoras no cenário político, social e econômico da época.

O contexto anterior ao mandato de Jango, mais especificamente entre 1933 a 1955, se vê um Brasil que passa por uma fase no qual experencia-se uma “(...) industrialização restringida, uma vez que a capacidade de importar permanece reduzida em função das guerras e dos baixos preços das exportações nacionais” (Nakatani, Faleiros, Vargas, 2012, p. 9). A partir desse momento, em que a segurança nacional estava sob alerta devido aos anos recorrentes de guerra fria, que se acirra totalmente a polarização política na sociedade, qualquer movimento ou mobilização de cunho reivindicatório era visto como uma possível ameaça comunista no território. Visto que, o clima no Brasil partia de experienciar uma grande pressão na política desde a renúncia de Jânio Quadros (1961), deposto pelos militares devido à sua proximidade com Cuba.

Diante dessa situação, os Estados Unidos reforçou seu papel hegemônico e consequentemente criou uma fortíssima campanha de uma iminente ameaça à segurança norte-americana e de sua integridade territorial. Assim, foi estabelecido pelo presidente H. Truman, em 12 de março de 1947, uma doutrina que protege a segurança dos EUA, que dizia que: “qualquer governo desfavorável à política dos EUA, ou neutralista, era considerado favorável à expansão do comunismo e por isso constituía ameaça à segurança nacional americana” (Montagna, 1986, p. 2). No

governo Kenedy (1961 - 1963), a doutrina de segurança torna-se contra revolucionária, e invade mais drasticamente a “guerra sem quartel contra o comunismo, (...) promovida no interior das nações do terceiro mundo contra o inimigo interno, através de suas forças armadas” (Montagna, 1986, p. 8), com apoio dos EUA no envio de materiais para brevar guerrilhas do terceiro mundo.

Em uma conjuntura marcada pela guerra fria, o crescimento expressivo de manifestações organizadas por esses sujeitos coletivos, reivindicando reformulações nas políticas públicas sociais e na relação governamental com os investidores estrangeiros, contribuiu para o adensamento da polarização política peculiar àquele tempo de dicotomia internacional” (Delgado, 2012, p. 3).

Como Braga (2014) enfatiza, a doutrina de segurança nacional trouxe diversas mudanças para o Brasil, como forma de descobrir pessoas ligadas à subversão e controlar seus movimentos, como o movimento de esquerda revolucionária (MIR) no Chile, o movimento revolucionário tupamaro (MRT) no Uruguai e a ação libertadora nacional (ALN) no Brasil. Essas organizações usavam táticas de guerrilha, sequestros e atentados para tentar derrubar os governos autoritários e promover ações revolucionárias. Segundo o autor Comblin (1978),

A Ideologia de Segurança Nacional, colocada acima da segurança pessoal, expande-se por todo continente latino-americano [...]. Inspirada nela, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e a favor do desenvolvimento econômico, declaram guerra a todos os que não concordam com a visão autoritária da organização da nova sociedade. O treinamento em vista dessa ‘guerra anti-subversiva’ contra o comunismo [...] leva a um embrutecimento crescente de seus próprios agentes, e gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e medo. As liberdades de pensamento e de imprensa são sacrificadas, as garantias individuais são suprimidas. Essa doutrina leva os regimes de força a recorrer [...] [a] o abuso do poder do Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento. (Comblin, 1978, p. 16)

Num contexto de guerra fria, os Estados Unidos, como já dito antes, buscou consolidar sua influência na América Latina através da doutrina da segurança nacional, com a implementação de regimes autoritários repressivos e terroristas. A

Operação Condor foi também uma grande tentativa dos serviços de inteligência para reprimir grupos revolucionários presentes na luta da América Latina no início dos anos 1960 e 1970. Os mecanismos utilizados advinham das interferências militares na política, com o objetivo de combater principalmente o comunismo internacional na região, por meio de uma aliança entre as ditaduras do Cone Sul.

No Brasil essa participação, apesar de limitada, permitiu que fosse implementado bases do serviço de inteligência na Argentina e em algumas regiões do país.

O aniquilamento da ação “comunista” foi o objetivo perseguido pela Condor. A troca de prisioneiros, os sequestros, as perseguições internacionais, o uso do terrorismo psicológico de Estado e as torturas foram os recursos utilizados para o extermínio do inimigo e de seus aliados, onde quer que estivessem eles. Os assassinatos políticos funcionam como uma medida definitiva contra os subversivos e para um futuro processo de abertura política. Conforme Miguel Arraes: “[...] Era uma prevenção diante de uma abertura que precisava ser controlada. Era o que se passava na cabeça da extrema-direita do Cone Sul. O desaparecimento dessas pessoas foi uma condição para a abertura” (Jornal do Comércio, 2001) (Braga, 2014, p.11).

Assim se configura e inicia o governo Jango (1961 - 1964), inserido na divisão dos direitos reduzidos do sistema parlamentarista. Apesar da redução de suas ações, o estado garantiu diversas transformações no campo e nas relações sociais dos(as) trabalhadores(as) rurais. “O Governo Goulart não foi um espectador passivo das mobilizações no campo. Atento às oportunidades políticas abertas, o governo procurou aproximar-se dos movimentos camponeses” (Dezemone, 2016, p. 13).

Além do financiamento federal, o presidente Goulart (PTB), Tancredo Neves (PSD), então primeiro-ministro, e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), dentre outros políticos estiveram presentes no Congresso Camponês de Belo Horizonte. A partir desse encontro, houve um intenso esforço legislativo que se traduziu em medidas que reconheciam e estimulavam os sindicatos rurais, que proliferaram rapidamente” (Dezemone, 2016, p. 13).

Ainda que iniciando um mandato com foco no pleno desenvolvimento do capitalismo com intensa presença da agricultura, e com a dependência do Brasil firmemente ligada aos Estados Unidos, a intenção era de sanar a crise econômica social e política que o país passava, bem como controlar os ânimos da tentativa da classe dominante de manter suas forças hegemônicas na sociedade.

A década de 1960 foi marcada pela guerra fria, período caracterizado por um conflito político-ideológico travado entre Estados Unidos e a ex-União Soviética (URSS) (1947-1991), bem como pelo impacto da Revolução Cubana por toda América Latina a partir de janeiro de 1959. Nesse período, o cenário para o mundo capitalista era de uma urgente ação defensiva, no motor da propagação hegemônica e combativa das ameaças que o rodeavam. As forças políticas se confrontavam, também no Brasil, no qual se arquitetava um golpe cívico-militar-empresarial como uma “primeira sarrafada no movimento popular que existia, e deve-se lembrar que os golpistas conseguiram apoio em setores expressivos das classes médias.” (Cerveira, 2009, p. 7).

A partir de 1960, a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e políticos populistas entraram na concorrência para ser identificados como representantes autênticos dos trabalhadores rurais. Criada em 1963, uma nova entidade do governo – a SUPRA – Superintendência da Política de Reforma Agrária – foi incumbida de ajudar os trabalhadores e seus representantes a formar centenas de sindicatos. Entre os inimigos da sindicalização, a resistência de grupos de fazendeiros, usineiros e outros patrões e políticos foi tão grande que nem a Constituição de 1946 conseguiu segurá-los. Foi a oligarquia rural, principalmente do Rio Grande do Sul e São Paulo, que bancou e facilitou a mobilização da sociedade civil em apoio ao golpe militar, revogando a Constituição e introduzindo duas décadas de ditadura. (Welch, 2006, p. 3)

As Ligas Camponesas, entre 1960 e 1962, receberam apoio de Havana para compras de fazendas, viagens e treinamento de guerrilha. O Brasil buscava completar a revolução democrático-industrial como resposta a um período de transformações desde o fim da Primeira Guerra Mundial.

Nos anos 1960, a Revolução Cubana imprimiu uma mudança no caráter político e ideológico do movimento impulsionando um conflito com o PCB, sobretudo no que se referia à interpretação da realidade

brasileira e da forma que a revolução deveria tomar. A influência cubana sobre as Ligas Camponesas derivada da experiência de uma luta revolucionária deflagrada do campo para a cidade, sem a direção de um Partido Comunista, superando as concepções elitistas e, ainda, instaurando o socialismo com medidas radicais, entre elas, a reforma agrária e o coletivismo (Azevedo, 1982, p. 89).

João Goulart, presidente do Brasil entre 1961-1964, em um discurso proferido em um comício com cerca de trezentos mil trabalhadores(as) na Estação de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1963, 15 dias antes de ser deposto, com diversos símbolos partidários que já discursaram nesse mesmo lugar, considerou que: “A reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano” (Dezemone, 2016, p.17). Além disso, Jango prometeu reformas para superar o subdesenvolvimento do Brasil e a diminuição da desigualdade, citando “medidas como o decreto de desapropriação das terras nas margens das rodovias federais, redigido por Pinheiro Neto” (Dezemone, 2016, p. 17).

Para Netto (2016), as reformas de base referenciadas no comício da central em 13 de março, foram um grande resultado, como dito por ele, da “inquestionável ameaça de cubanização do Brasil”. A ideia, no final do governo João Goulart, dava a entender que foi um passo para garantir as eleições presidenciais de 1965, mas as forças conservadoras e reacionárias já haviam estabelecido estratégias golpistas sólidas, articuladas às grandes multinacionais. O golpe de 1964 consolidou “um modelo subordinado ideologicamente à política externa do departamento de estado norte americano, e condicionado pelas instituições financeiras controladas pelo grande capital privado internacional” (Netto, 2016, p. 13).

O fracasso do plano trienal, que se destinava a reativar o crescimento econômico e voltar à estabilidade monetária, foi além disso, uma tentativa do governo liderado por Jango para conciliar as políticas de reformas de base e a grande contradição de forças que se encontrava na sua base do governo. Tratava-se, como destacado por Marini (2017), comentando o ponto de vista da burguesia, de um aumento na rentabilidade dos investimentos do governo. Destaca o autor: “a longo prazo, isso significava ampliar o mercado interno, através de uma reforma agrária que,

enquanto não desse resultados, se compensaria com a ampliação do mercado externo buscado pela política externa” (Marini , 2017, p. 39). Diante disso, se opera um cenário em que o governo perde sua credibilidade, e essa crise política afeta os investimentos e promove a estagnação econômica. Com isso, a decisão de adotar uma política de emissões de moeda “ (...) para contornar a carência de recursos do tesouro, tendo plena consciência de que essa política produziria inevitavelmente o recrudescimento da inflação e, (...) a disseminação, perigosa para o seu governo, de movimentos grevistas.” (Yamauti, 2005, p. 72), foi uma alternativa adotada por Jango.

O comício-monstro do dia 13 de março, no Rio de Janeiro, dava início ao novo estilo do governo Goulart, baseado em decretos presidenciais, em diálogos diretos com o povo, sem intermediações paralisantes no qual se assina um “(...) decreto de desapropriação de propriedades rurais acima de 500 hectares à margem de rodovias, ferrovias e açudes federais” (Yamauti, 2005, p 76).

O destaque para as iniciativas governamentais no mandato de Jango voltadas aos/as trabalhadores(as) rurais, foram pensadas e enfatizadas em um contexto de expansão do comunismo na América Latina a partir de Cuba, numa conjuntura internacional em que se destacou o populismo e a esquerda no pós-guerra, além de resgatar o histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seus conflitos e feitos.

Os sindicatos rurais, controlados pelo PCB, e as Ligas Camponesas foram severamente reprimidos pelos governos do Nordeste. O período 1961/1964 foi de extrema agudização das lutas camponesas e das divergências entre suas várias tendências, enfraquecendo o movimento que, no momento do desfecho do golpe militar, foi pego desarticulado, desunido, sem as mínimas condições de resistência, com o agravante de não contar com armamentos, como era a orientação do PCB (Cerveiro, 2009, p. 9).

Foi uma época no qual foram realizadas reformas e que viabilizaram direitos para, assim, inibir ideias comunistas e atos revolucionários. O objetivo era garantir um sistema justo de propriedade, mas essa Aliança para o Progresso não agradava os grupos de esquerda nos quais Jango havia se comprometido, especialmente os programas de reforma agrária intitulados pela aliança, pois eles afirmavam que eram falsas reformas de forças retrógradas, era uma conciliação com o imperialismo para

combater a atuação das ligas camponesas. O próprio governo movia-se a partir de uma base material composta por forças sociais contraditórias, expressando interesses de classe conflituosos.

Em um documento lançado em abril de 1963, o PCB, partido comunista brasileiro, declarava que as “forças retrógradas” estavam “acenando com as “falsas reformas” diante da crescente radicalização das lutas de massas, “para tentar enganar e dividir as forças patrióticas e democráticas e manter, assim, o seu domínio” (Yamauti, 2005, p. 71).

Por fim, os partidos conservadores rejeitaram a ideia intitulada pela Aliança para o Progresso relacionada à reforma agrária. A frente nacionalista “vencia a batalha que vinha travando contra a política do governo Goulart de conciliar os interesses do imperialismo norte americano” (Yamauti, 2005, p. 71).

O presidente Kennedy fez um grande movimento para inibir a onda comunista na América Latina, uma política externa que exigia que a reforma agrária fosse efetivada para bloquear ideias revolucionárias cubanas nos continentes. O objetivo era, em primeiro lugar, usar de seus meios para garantir essa reforma e tirar de cena as guerrilhas e os ideais que já se aproximavam para cobrar mudanças intensas. O presidente Kennedy anunciou, então, a Aliança para o Progresso em 1961, “um programa de assistência financeira do governo norte americano e da América latina” (Yamauti, 2005, p. 70).

O governo João Goulart teve a reforma agrária, a partir desse auxílio, como sua principal meta governamental, com a esperança da sua aprovação no Congresso Nacional. Diante desse quadro, a partir de agosto de 1961, a Revolução Cubana – com sua gradual radicalização à esquerda e a crise dos mísseis em outubro de 1962 –, também adquire destaque com seu impacto considerável no Brasil: “ (...) De 1960 a 1964, a política brasileira não se limitava mais ao parlamento - torna-se algo bem abrangente, a disputa pela hegemonia ultrapassa a esfera partidária para penetrar nos movimentos sociais” (Moraes, 1989 p. 34). Nesse contexto, houve uma reorganização do movimento sindical, especialmente com a ascensão de João Goulart à presidência, tornando as lideranças sindicais diretoras políticas no estado no qual “ (...) ganhava

configuração mais democrática; parecia cada vez mais aberto às propostas dos movimentos políticos de base popular” (Moraes, 1989, p. 35).

As principais manifestações desse período foram ligadas estreitamente às reivindicações salariais e trabalhistas, como por exemplo o movimento paraquedista em defesa da posse de João Goulart em 1961 e a Greve Geral de 1962, para a volta ou não do Presidencialismo

A greve geral, convocada pelo CGT, restringiu-se assim a algumas áreas dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, terminando por se voltar contra o Governo, pois a paralisação dos transportes dificultou a mobilização popular. As ruas do Rio de Janeiro ficaram vazias. Era a consequência da política de conciliação, da perspectiva nacional-reformista, das ilusões democráticas, não só de Goulart, como de vasto segmento da que não avaliar adequadamente o caráter de de classe do estado e o papel das Forças Armadas no seu conjunto, e não se armara, material e ideologicamente, para enfrentar o golpe de estado. Os trabalhadores, sem um programa de reivindicações políticas próprias, não se bateram e se deixaram violentar, sem a menor resistência (Bandeira, 1978, p. 180).

O movimento sindical apresentava um baixo índice de sindicalização, mas estava profundamente envolvido nas lutas político partidárias. A rivalidade entre PCB e PTB para controlar as cúpulas sindicais era notável, no qual o PCB seria o mais ativo nesse processo de sindicalização e com maior influência. Dante Pellacani ex-vice-presidente do CGT afirma: “o PTB tinha muito mais recursos do que o partido comunista para arrebanhar, entre os dirigentes sindicais, um número maior de adeptos. Mas os dirigentes arrebanhados pelo PTB eram líderes de categoria pouco expressivas e sem tradição de luta” (Moraes, 1989, p. 37).

O movimento sindical presenciava uma oposição à sua forma de fazer política. As forças armadas, por exemplo, estavam fechadas e arreganhadas na disposição de contrariar e criminalizar toda forma de expressão dos sindicatos trabalhistas, “(...) todas as entidades patronais podiam expressar-se, livremente, inclusive insuflar a guerra civil e a deposição do governo, sem qualquer constrangimento. Os sindicatos dos trabalhadores, não” (Bandeira, 1978, p. 119). O(a) tralhador(a), portanto, não se via no seu espaço de direito para participar ativamente de suas reivindicações.

A democracia não podia ser tão democrática assim. Seria comunismo. A legalidade, subversão. Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombram a burguesia, a CGT, as ligas camponesas e outras organizações de massa, por mais débeis que fossem, eram como espectros que tiravam o sono. E, de uma forma ou de outra, Goulart se identificava com aquele movimento que parte das forças armadas queria reprimir (Bandeira, 1978, p. 119).

Uma dessas forças atuantes e que ganha destaque nas iniciativas governamentais foi o setor comandado pela igreja, que passa por uma reorientação com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), priorizando a reforma agrária em 1963, com um cenário interposto por um modelo de desenvolvimento caracterizado pelo capitalismo dependente, bem como por uma forte marginalização caracterizada pelo resultado dessa discrepância inerente ao processo de industrialização que alguns países encaravam. Embora enfrentasse resistências internas, esse período, impulsionado principalmente pela organização dos(as) trabalhadores(as) rurais e pelas reformas de base, a partir da ampliação da sindicalização rural, outros setores se aproximam e “(...) buscam espaço de atuação no movimento sindical do campo, como os trabalhistas, setores da igreja católica e o Estado” (Almeida, 2011, p. 241).

Ao final do mês de novembro de 1963, o governo entregou um texto para publicação na revista Manchete na forma de entrevista com o presidente da República (Castelo Branco, 1975: 127 e 145). Na entrevista forjada, Goulart lançou um apelo dramático às forças reacionárias para que tornassem imediatamente viáveis as reformas de base porque a revolução já não seria mais uma “simples bandeira de ameaça demagógica”, mas um “temor real da nação” que cresce na mesma proporção em que se acelera o ritmo inflacionário. Goulart, em tom ameaçador, assinala que essa poderia ser a sua “última advertência” (Manchete, 15/11/63). O chefe do governo demonstrava, assim, ter perdido a paciência com o Congresso” (Yamauti, 2005, p. 71).

Os bispos colocaram, em primeiro lugar, a reforma agrária no documento da CNBB no qual discursava-se a exigência de “(...) profundas e sérias transformações, cuja concretização não pode mais ser adiada, sob pena de prepararmos para o Brasil

dias calamitosos que talvez nos reservem a surpresa de subversões (...)” (Moraes, 2015, p. 40-41).

Segundo Moraes(2015), a mobilização dos trabalhadores do campo e os choques de ideologia dentro da igreja começaram a surgir em 1963. No cenário agrário, o latifúndio prevalecia e as tentativas de reforma agrária no governo João Goulart eram focadas em terras improdutivas. Os movimentos políticos como as ligas camponesas e o partido comunista brasileiro e a igreja, buscavam a hegemonia sindical, com tensões resultantes de diferentes abordagens ideológicas.

(...) o PCB e a igreja, cada um a seu modo, empenhados em constituir o maior número de sindicatos. a igreja, é verdade, subdividida entre o assistencialismo das dioceses conservadoras, dispostas a manter unido seu rebanho e afastá-lo da tentação marxista, e as correntes que se batiam pela reforma agrária. (Moraes, 1989, p. 46)

O I Congresso Nacional de lavradores e trabalhadores agrícolas em 1961 indicou postos-chave para a reforma agrária, com grande fervor no campo, no qual Francisco Julião defendia uma reforma imediata “na lei ou na marra”, enquanto o PCB e a ULTAB procurava negociar com o governo. Essa distância ideológica fez com que houvesse diversos entraves burocráticos. Atento a toda essa movimentação, Jango cria a superintendência da reforma agrária (supra), consegue aprovar o estatuto do trabalhador rural e estende os benefícios da previdência social aos camponeses (Moraes, 1989, p. 47).

Tempos depois do Congresso de Belo Horizonte, Julião criticava a prática dos Partidos Comunistas de realizar transplantes teóricos de realidades distintas daquelas sobre as quais se pretendia atuar. Criticava também a ausência de análises da realidade concreta, existentes, segundo ele, apenas no âmbito teórico (Almeida, 2011, p. 14).

A reforma agrária que foi discutida no congresso indicou principalmente a desapropriação das terras não aproveitáveis, “(...) pagamento de indenização mediante títulos da dívida pública; concessão gratuita das terras devolutas aos camponeses; entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros” (MORAES,

1989, p. 44). O princípio era orientado pelo “uso da propriedade (...) condicionado ao bem-estar social”, não sendo a ninguém “liberto a manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade” (Bandeira, 1978, p. 162).

Ao término do Congresso, o Presidente da República João Goulart proferia um discurso no qual defendia que a agricultura, baseada em “estilos de produção” ultrapassados, não deveria dificultar o crescimento econômico do Brasil. Reconhecendo que a ausência de uma reestruturação agrária “embaraçava a marcha do progresso” do país, defende que a luta “em favor do acesso à terra dos que nela trabalham de sol a sol, é, assim, uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas dos camponeses brasileiros” (GOULART, 1962, p. 87-89). A participação de João Goulart é simbólica da abrangente repercussão tomada pelo congresso camponês e pela mobilização dos trabalhadores rurais (Almeida, 2021, p. 240).

O pré-golpe foi o momento que o Brasil mais conseguiu se organizar em todas as esferas da sociedade. O triunfo golpista significou uma grande perda política. O país poderia não ser hoje o país com a maior concentração fundiária do mundo se o caminho tivesse sido diferente. A solução estava perto e o golpe de 1964 significou a manutenção do status quo. O movimento operário/sindical e camponês no período pré-golpe foi fortíssimo. Interpretar essa realidade da luta pode contribuir para que se amplie os instrumentos necessários para encontrar nas massas populares e camponesas uma efetiva reforma que seja uma revolução.

3.3 MST: principal herdeiro das lutas emancipatórias camponesas

Canção óbvia: Paulo Freire*

Escolhi a sombra desta árvore
para repousar do muito que farei,
enquanto esperarei por ti. Quem
espera na pura espera vive um
tempo de espera vã.

Por isto, enquanto te espero
trabalharei os campos e
conversarei com os homens.
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
minhas mãos ficarão calejadas;

meus pés aprenderão o mistério dos
caminhos; meus ouvidos ouvirão mais,
meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti. Não te
esperarei na pura espera porque o meu
tempo de espera É tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-
me em voz baixa e precavidos: É
perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso esperar, na forma em que esperas,
porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
com palavras fáceis, que já chegaste, porque
esses, ao anunciar-te ingenuamente, antes te
denunciam. Estarei preparando a tua chegada
como o jardineiro prepara o jardim para a rosa que
se abrirá na primavera. *Paulo Freire. Pedagogia
da indignação. São Paulo: Unesp, 2000

A realidade que descreve a atual conjuntura, resguarda diversos impasses e modulações históricas do período no qual a luta campesina e as forças políticas mais tiveram êxito na sua organização. A linguagem das ligas, dos movimentos dos (as) trabalhadores(as) rurais, a sindicalização e outros diversos movimentos de resistência, fez imperializar um caminho que compôs o interesse dos camponeses, orientou a luta da classe trabalhadora e fez com que as relações no campo fossem profundamente alteradas.

Até o governo João Goulart, as lutas camponesas cresceram exponencialmente. “Com ela, se inicia a fase de burocratização da vida política do proletariado rural; o trabalhador rural, o sindicato e o aparato estatal se relacionam, com ou sem a mediação de partidos políticos.” (Stedile, 2005, p. 143).

João Goulart começa seu governo com a classe média reacionária, com um viés de justiça social, principalmente no trabalho, com a criação do estatuto do trabalhador rural⁶. Com a criação do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), teve

⁶ O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei no. 4.914, de 2 de março de 1963) pode ser entendido como um marco na legislação trabalhista para o meio rural, brasileiro. Saber mais: RAMBO, Marcos Alberto. O ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL (1963): lutas, impasses e contradições na extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural no Brasil. 2019.

em seu bojo a superação dos obstáculos levantados pela legislação do “Estado Novo” para a unificação do governo sindical.

Sustentado numa parcela militar progressiva e na CGT, Jango priorizou sua campanha em 1962, buscando o retorno do presidencialismo. Apesar dessa grande mobilização, o Brasil ainda se via dividido entre duas nações: a dos privilegiados e a dos oprimidos. As oligarquias permaneciam firmes no controle as instituições políticas do Estado, mantendo sob controle a classe trabalhadora e suas frações. Havia a necessidade de formar uma classe politicamente articulada incorporando a massa camponesa nesse processo

(...) sob liderança de João Goulart e apresentando como finalidade a obtenção de “reformas de base”, esse amplo movimento, através da mobilização militar e de duas greves gerais (5 de julho e 14 de setembro de 1962), dobrou a resistência dos setores reacionários do Congresso e conseguiu a convocação de um plebiscito para decidir sobre a forma nacional de governo. Em 6 de janeiro de 1963, por esmagadora maioria, o povo brasileiro aprovou a supressão da emenda constitucional de 1961 e a devolução dos poderes presidenciais a João Goulart.” (Marini, 2017, p. 37)

A reforma agrária era nesse período a chave para de fato se ter uma democracia no país. Era necessário superar a dissimulada intenção dos governos de extrema direita em proferir que ela fracassasse nesse período. O discurso de João Goulart no dia 13 de março de 1964, com o povo em praça pública, exigindo as “Reformas de Base” na Central do Brasil, Rio de Janeiro-RJ, explicita as reais intenções do governo de priorizar a reforma agrária:

A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a nação submetida a um miserável padrão de vida” (...) “Esta manifestação deslumbrante que presenciamos é um testemunho vivo de que a reforma agrária será conquistada para o povo brasileiro. O próprio custo da produção, trabalhadores, o próprio custo dos gêneros alimentícios está diretamente subordinado às relações entre o homem e a terra. Num país em que se paga aluguéis da terra que sobem a mais de 50 por cento da produção obtida daquela terra, não pode haver gêneros baratos, não pode haver tranquilidade social” Fonte: EBC – Empresa Brasil de Comunicação S/A

Com a ditadura cívico-militar-empresarial de 1964 e a abertura democrática a partir de 1985, o marco do fim do regime militar é caracterizado pelos movimentos sociais que foram às ruas pelo fim deste regime da ditadura militar. Essa queda, ainda que tardia, não foi concedida, mas conquistada por esses movimentos, com destaque do surgimento do MST em 1984 – com o lema de que sem reforma agrária não há democracia – e as primeiras ocupações de terra no Estado de SP entre 1983 – 1984.

A redemocratização se reitera em 1988 com a Constituição e a reorganização do setor agrário, mas com uma política que não beneficiava a reforma agrária, pois ainda existia um cenário no qual a grande propriedade da terra e a repressão aos movimentos de luta reinava na sociedade e se expressava no Estado brasileiro. A década de 1980 é principalmente marcada pela mudança das relações de produção capitalistas, especialmente no setor agrário e suas relações hegemônicas de produção, que vão desencadear diversas contradições a respeito do modo de organização dos movimentos sociais do campo. Organizações tais como:

o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Sem Desenvolvimento e questão agrária no Brasil problemas do passado e dilemas para o futuro 10 Terra (MST), os Seringueiros e seu Conselho Nacional, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de imensas greves de assalariados rurais. A luta do campo se articula com a luta nas cidades e o regime militar é deposto, iniciando a Nova República, prometendo, em seu I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), assentar 1,4 milhão de famílias. Mas logo a luta camponesa compreendeu que isso não se efetivaria, e não se poderia esperar pelo governo, assim as ocupações de terras se multiplicaram por todo o país. (Firmiano, 2022, p.12).

A população rural sem terra luta há anos pelos seus direitos, desde a formação das Ligas Camponesas até a conquista na constituição de 1988 que mudou o estatuto da propriedade fundiária e legitimou a função social da terra. A formação do Movimento Sem Terra é produto dessa luta. Trata-se de uma organização contínua de camponeses que nasceu junto com a problemática do latifúndio. Esse processo deixa muito explícito quando Mattei (2012), Fernandes (2008) e Oliveira (2007) afirmam que a maioria dos assentamentos hoje são mais resultado da luta diária dos(as)

trabalhadores(as) sem terra do que de ações políticas governamentais de reforma agrária que tem como objetivo beneficiar trabalhadores(as) rurais a terem acesso à terra através da reestruturação fundiária brasileira. A reforma agrária é uma conquista territorial que garantirá a minimização da questão agrária, que reflete quando paramos para ver que um terço dos estabelecimentos agropecuários do Estado de São Paulo são terras improdutivas. Isso é um atraso e um descaso com a população.

O debate sobre a emancipação humana e a organização da classe trabalhadora em sua ampla diversidade, trata da possibilidade e da oportunidade dos(as) trabalhadores(as) rurais terem participação plena em seus projetos emancipatórios. É importante que isso beneficie de forma efetiva as relações de trabalho no campo e o conhecimento político e social para abrir o acesso de camponeses (as) na construção identitária nas suas demandas e reivindicações

Por que não são “tolerados” o acesso das camponesas e dos camponeses na construção de cursos de ensino superior onde a elite se mantém hegemônica? Por que não se admite ou criam-se inúmeros processos legais ou ilegais na criação de cursos mais tradicionais como medicina, direito e engenharia agrônômica? O que se faz então para conter essa demanda de classe? Negar a existência de uma classe e de um conflito e fomentar o que podemos chamar de espaços da legalidade (Feliciano, 2020, p. 11)

“Uma classe social que não completa seu ciclo revolucionário, superando a sociedade antiga, acaba por voltar a se diluir na sociedade que queria negar, amoldando-se, fragmentando-se, novamente em interesses individuais” (Iasi, 2011, p.8). E dessa prerrogativa, associamos a importância de utilizar, a partir dos mecanismos emancipatórios, e nas atuais condições, pensar que a reforma agrária requer, como falado por Stedile (2005), outra linha paralela de pensamento junto ao desenvolvimento camponês. Uma linha que se comunique com a transformação das grandes empresas agrárias e as grandes explorações coletivizadas, como as cooperativas e as estatais que se manifestam nessa ordem de transição da reforma agrária camponesa familiar anti-latifundiária.

O MST, grande herdeiro das lutas campesinas, recupera a bandeira e encara as dificuldades da atualidade com a explosão do agronegócio como expressão de um

modelo agrícola dominado pelo capital financeiro, abrindo para uma nova fase da luta dos(as) trabalhadores(as) do campo. E a desestruturação promovida pelos setores ruralistas durante os anos de ascensão do Movimento Sem Terra, é em grande medida responsável pelo sucateamento da agricultura familiar, da reforma agrária, da segurança alimentar da população brasileira e das políticas de preservação ambiental e garantia de direitos aos povos originários. Na reforma agrária a jogada política de ataques ao MST se dá por meio de calúnias realizadas a partir do fortalecimento do neoliberalismo e do discurso de ódio contra grupos de trabalhadores(as) sem terra nos últimos anos.

A luta pela reforma agrária tende a ser efetiva quando a mesma se tornar uma política pública, com programas focalizados de renda e a organização e criação de assentamento como um projeto societário. Portanto, não apenas uma política compensatória, mas, como afirma Sant'Ana (2014), uma política que tem como principal característica o seu desenvolvimento e a democratização do acesso à terra

as características particulares da formação sócio-histórica do país e sua dimensão continental permitiram que os interesses das oligarquias agrárias pudessem se mesclar ou conjugar com os interesses do capital, ainda que esse processo não tenha se efetivado sem lutas e tensões entre os diversos segmentos da classe dominante (Sant'Ana, 2014, p. 265)

Portanto, diante dessa análise, prioriza-se lutar pela organização e pelas motivações subjetivas, sempre com respeito aos interesses e pensando passos longos para a quebra das correntes, priorizando a socialização completa da agropecuária brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde uma abordagem histórica da questão agrária no Brasil, tem-se que a herança escravocrata resultou em desigualdades sociais persistindo no trabalho assalariado. A sociedade capitalista aqui moldou-se a partir do legado da grande propriedade, o trabalho escravizado e da indústria exportadora de produtos primários e ou matérias primas. Nesse contexto, temos nos movimentos sociais no campo formas de resistência e de busca por transformação social, visando combater a desigualdade econômica e social. A histórica luta pela terra e pelos direitos dos (as) trabalhadores(as) rurais, enfrentou a forte oposição da classe dominante e dos meios de comunicação, que tendem a criminalizar tais movimentos.

O período da ditadura cívico-militar-empresarial de 1964 até a abertura democrática em 1985, terminou graças aos movimentos sociais que protestaram nas ruas. O surgimento do MST em 1984, com a ênfase no lema "sem reforma agrária não há democracia," e as primeiras ocupações de terra em São Paulo entre 1983-1984, são marcos desse período e advieram da resistência destes movimentos. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é reconhecido como herdeiro das lutas camponesas, enfrentando desafios contemporâneos decorrentes da explosão do agronegócio e do domínio do capital financeiro no modelo agrícola.

O MST surge como um protagonista na história das lutas camponesas, resgatando a bandeira da reforma agrária. Sua trajetória se entrelaça com desafios contemporâneos, entre eles a explosão do agronegócio. Com a ascensão do agronegócio, o movimento se depara com um cenário desafiador em que interesses econômicos e financeiros muitas vezes prevalecem sobre as necessidades dos (as) trabalhadores(as) rurais. A explosão desse setor amplifica as tensões, levando o movimento a se reinventar para fazer frente às novas realidades.

Nesse contexto, o MST se posiciona contra um modelo agrícola permeado pelo domínio do capital financeiro, fortalecendo sempre uma resposta à profunda desigualdade na distribuição de terras. Reivindica, então, o direito à terra para trabalhadores(as) rurais submetidos ao pauperismo, requerendo a educação e justiça social para os povos da terra.

Dessa maneira, o MST se torna um agente transformador, apontando para uma nova fase na luta dos(as) trabalhadores(as) do campo. Sua história reflete a resistência persistente diante das adversidades, reafirmando a importância da busca por um sistema agrícola mais equitativo e sustentável.

Entender o histórico da luta pela terra se faz necessário para compreender as raízes deste movimento social. O MST não existe somente em sua contemporaneidade; resiste a partir de forças que se fizeram presentes desde as épocas mais remotas, que perpassam o pré e pós ditadura e se configuraram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que existe hoje. A análise pautada no entendimento histórico da questão agrária é o caminho para questionar as forças que hoje vão contra a reforma agrária e as reivindicações do MST. A partir desse entendimento, serão elucidados caminhos combativos das forças conservadoras e repressivas.

Espera-se que, a partir desse entendimento histórico, sejam fortalecidas as narrativas que versam a favor dos(as) trabalhadores(as) rurais, entendendo sua importância no campo e na sociedade em geral. A reforma agrária só se dará a partir das reivindicações do povo, que só serão ouvidas se organizadas. Que sejam entusiasmados, portanto, os movimentos revolucionários oriundos de uma população que conhece sua história e se compromete a lutar contra as desigualdades que se perpetuam nela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYERBE, Luis Fernando. A revolução cubana. Unesp, 2004.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. Editora UnB, 2001.

BASTOS, 1984, p. 101-103; ROLLEMBERG, 2001, p. 17-18; RIDENTI, 2007, p.26
BRAGA, Leonardo Marmontel. Operação Condor: A internacionalização do terror. Estudos avançados, n. 21, p. 111-136, 2014.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. Serviço Social & Sociedade, p. 126-150, 2012.

BORGES, Maria Stela Lemos. Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra. Anita Garibaldi, 1997.

CASTRO, Fidel (1961). De Martí a Marx, de 2 de dezembro de 1961. In: LÖWY, Michael (org.). O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3ªed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012

CERVEIRA, Neusah. Rumo à Operação Condor-Ditadura, tortura e outros crimes. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 38, 2009.

COMBLIN, José. A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira, 1978.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. Revista Graffía-Cuaderno de trabajo de los profesores de la Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Autónoma de Colombia, v. 9, p. 175-191, 2012.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. SciELO-Editora UNESP, 2018.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. Revista brasileira de história, v. 36, p. 131-154, 2016.

DUARTE, Rodrigo. Marx e a natureza em O Capital. Edições Loyola, 1986.

DE ALMEIDA, Leandro Cabral. Os comunistas e os trabalhadores rurais no processo de radicalização da luta pela terra no pré-1964. Revista Cantareira, n. 34, 2021.

DE ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. O conceito de classe camponesa em questão. Terra Livre, v. 2, n. 21, p. 73-88, 2003.

DE SOUZA, Eveline; ROSÁRIO, Isa do; GUALBERTO, Paula. **Arrimo**: Antologia Poética, São Paulo: Artefato Edições, 2023. 76 p.

FELICIANO, Carlos Alberto; RODRIGUES, S. Espaços rebeldes em tempos de atraso: A tentativa de despolitização da questão agrária no Brasil. PRONERA: gestão participativa e diversidade de sujeitos da Educação do Campo. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Brasil: 500 anos de luta pela terra." *Revista de Cultura Vozes* 2 (1999).

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológico. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes: leituras e legados. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FERNANDES, F. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5 ed. São Paulo: Global, 2008.

FIRMIANO, Frederico Daia. Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: problemas do passado e dilemas para o futuro. Relatório final de Pós Doutorado. (Programa de PósGraduação em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista, campus de Franca, Franca, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da libertação em Paulo Freire. Editora Paz e Terra, 2018.

GASPAROTTO, Alessandra et al. ACAMPAMENTOS ABALARAM A ESTÂNCIA: OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO E A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL (1960-1964). LUTAS, MEMÓRIAS E VIOLAÇÕES, p. 31.

HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1991, 349 p.

IANNI, Octavio. A questão social. Ciência & Trópico, v. 17, 1989.

IANNI, Octávio. O negro e o socialismo. 2018.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária no Brasil 2: o debate na Esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IASI, Mauro. Ensaio sobre emancipação e consciência. 2ª Edição. São Paulo, 2011.

JULIÃO, Francisco. Que são as ligas camponesas?. Editora Civilização Brasileira, 1962.

JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 46ª edição. Brasiliense, São Paulo, 2004.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. 1994.

LINHARES, M. Y.; DA SILVA, F. C. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

LUSA, Mailiz Garibotti. Lutas sociais no campo e políticas públicas: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. EdUFAL, 2011.

MANIFESTO DO DCE-PUC-RJ. Rio de Janeiro, jun. 1961.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. *Geminal: marxismo e educação em debate*, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARTINS, José de Souza. "Reforma agrária." *O Impossível Diálogo. São Paulo: Edusp (Editora da Universidade de São Paulo)* (2000).

MEDEIROS, L.S. A questão agrária no Brasil. 1982. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MENDONÇA, M. O agronegócio nas áreas de Cerrado: impasses, preocupações e tendências. 2007. In: II FÓRUM DE C & T NO CERRADO. Impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana de açúcar no território goiano. Goiânia/GO.

MONTAGNA, Wilson. A doutrina da segurança nacional. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 6, 1986.

MORAES, D. A esquerda e o golpe de 64. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. *Expressão Popular*, 2001.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, n. 14, 1983.

MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão?. Dandara Editora, 2021.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, p. 213-240, 2012.

NAVARRO, Vera Lucia; DE SOUZA LOURENÇO, Edvânia Ângela (Ed.). *Avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. Outras Expressões, 2013.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: expressão popular, v. 2012, 2011.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. Cortez Editora, 2016.

NOVAES, Henrique; MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Lais (Ed.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

PIMENTEL E SILVA, Christiane. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. *Serviço Social & Sociedade*, p. 34-51, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. (No Title), 2000.

PRADO JR, Caio. A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2014.

PRADO, J. R. Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO, Jr. Caio. A revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1987

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil - 43. ed - Editora Brasiliense São Paulo, 2012

REIS, Rossana Rocha. "O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil." *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (2012): 89-122.

RIBEIRO, Darcy. Diagnóstico da Cultura brasileira. Teoria do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1972.

SANT'ANA, RAQUEL SANTOS; CARMO, O. A. LOURENÇO, EAS. Questão agrária e saúde do trabalhador: desafios para o século XXI. São Paulo: Unesp-Cultura Acadêmica, 2011.

SANT'ANA, Raquel Santos. Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social. Cortez Editora, 2012.

SANT'ANA, Raquel Santos. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. *Serviço Social & Sociedade*, p. 723-745, 2014.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. *Serviço social & sociedade*, p. 480-500, 2018.

SOARES, Irani Santos. A questão racial e a questão agrária no contexto do acesso à terra no Brasil. *Conjecturas*, v. 22, n. 5, p. 780-792, 2022.

STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (Ed.). A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária, 1946-2003. Bib. Orton IICA/CATIE, 2005.

STÉDILE, João Pedro et al. Reforma agrária. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 657, 2012.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária no Brasil. v. 2. O debate na esquerda, 1960-1980. In: Questão agrária no Brasil. v. 2. O debate na esquerda, 1960-1980. 2005. p. 320-320.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária no Brasil v. 4. História e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964. In: Questão agrária no Brasil v. 4. História e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964. 2006. p. 223-223.

TORRES, Paulo Rosa; DE ALENCAR, Cristina Maria Macêdo. QUESTÃO AGRÁRIA, DIVERSIDADE E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. Lutas & Resistências, Londrina, v. 1, p. 60-75, 2006.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki. A questão da reforma agrária no governo João Goulart. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 27, n. 1, p. 69-86, 2005.